



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0458/11	DATA: 11/05/2011
INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 18h05min	DURAÇÃO: 3h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h04min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLEUSA RODRIGUES REPULHO – Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.  
THIAGO PEIXOTO – Deputado Estadual e Secretário de Educação do Estado de Goiás, representando o CONSED.  
ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO – Representante da  
DANIEL CARA – Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.  
MOZART NEVES RAMOS – Conselheiro do Movimento Todos pela Educação,

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *Qualidade da Educação*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020, e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 5ª reunião, realizada ontem, dia 10 de maio.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O Deputado Paulo Rubem Santiago pede a dispensa da leitura da ata.

Está dispensada.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada

Ordem do Dia.

A pauta de hoje prevê a primeira audiência pública desta Comissão, que vai, por sugestão, por meio de requerimento aprovado pelo Plenário, do Exmo. Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, debater o tema *Qualidade da Educação*, com os seguintes convidados, que tiveram os seus nomes aprovados também pelo Plenário, os quais chamo para comporem a Mesa: Dra. Cleusa Rodrigues, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME; Deputado Estadual Thiago Peixoto, Secretário de Educação do Estado de Goiás, que representa o CONSED; Prof. Roberto Leão, da CNTE *(palmas)*. Não vale. Vamos aplaudir os outros coletivamente, por favor *(palmas)*; eminente Dr. Daniel Cara, que representa a Campanha Nacional pelo Direito à Educação *(palmas)*; finalmente, completando a nossa Mesa, Prof. Mozart Neves Ramos, Conselheiro do Movimento Todos pela Educação, que aqui o representará *(palmas)*; ao meu lado, o Exmo. Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni *(palmas)*; à minha direita, a Dra. Terezinha, a Secretária da Comissão, na verdade, quem vai mandar em todos nós aqui da Mesa. *(Palmas.)*

Quero dar algumas orientações de praxe, como ocorrem em todas as nossas reuniões de audiência pública.



Como esta audiência está sendo gravada, para fazer parte posteriormente dos Anais desta Casa, eu gostaria, antes de conceder a palavra aos expositores, de esclarecer que precisamos observar os seguintes princípios: normalmente são 20 minutos para cada expositor. Mas ontem decidimos convidar, em vez de quatro, cinco expositores. Assim, o tempo foi reduzido para 15 minutos — vou afirmar uma palavra feia —, improrrogáveis.

Não serão permitidos apartes durante a apresentação. Finda a apresentação, será concedida a palavra aos Deputados inscritos — vamos passar uma lista, não é isso, Dra. Terezinha, para a inscrição de todos —, pelo prazo de 3 minutos, a fim de que formulem suas considerações.

Serão facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos.

Nós temos um problema, e eu peço colaboração a todos. Nós iríamos realizar esta reunião de audiência pública no plenário da Comissão de Educação e Cultura, que é o Plenário 10, mas, diante da quantidade de pessoas que manifestaram o desejo de dela participar, transferimos a reunião, do Plenário 10 para este plenário que não é nosso. Aqui, às 17h45min vai ocorrer uma solenidade anteriormente marcada. Portanto, às 17h45min, com certeza, haverá alguém de outra Comissão a nos expulsar todos.

Vamos iniciar, sem mais delongas.

A mesa está organizada. Em primeiro lugar, falará a Profa. Cleusa Rodrigues Repulho; em seguida, o Deputado Thiago, o Prof. Roberto Leão, o Sr. Daniel Cara e, finalmente, o Dr. Mozart Neves Ramos. Desconfio que a Sra. Secretária aplicou o critério da idade, por ser o Sr. Mozart o último. *(Risos.)*

Antes de começar, quero agradecer ao Sr. Mozart por ter atendido ao pedido da Comissão e feito o resumo da exposição e lembrar aos demais que, da próxima vez, não esqueçam de atender à necessidade que nós temos de um pequeno resumo para facilitar o trabalho de confecção dos anais.

Como esta é a primeira vez, e o Relator está todo de azul sorridente, nós vamos deixar essa questão para um segundo plano.

Com a palavra a Dra. Cleusa Rodrigues Repulho.

**A SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO** - Em primeiro lugar, boa tarde.



Eu vou aproveitar muito bem os 15 minutos a mim concedidos. Prometo ser disciplinada.

Em nome dos gestores municipais de educação, quero agradecer o convite e deixar claro que a UNDIME quer contribuir, de forma efetiva, não só na elaboração, mas, principalmente, na execução.

Nós trouxemos aqui o resumo, Deputado, e vamos entregá-lo. E se o critério foi a idade, eu agradeço mais ainda, se começa pelos mais jovens — não vale o Leão ter trazido torcida organizada, sou professora também.

Eu vou apresentar algumas imagens.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - V.Sa. deseja que se apague as luzes da frente?

**A SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO** - Eu acho que fica mais fácil.

Nós vamos deixar à disposição uma cópia do trabalho da UNDIME.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A UNDIME debate e vai seguir os seguintes princípios: primeiro, vamos respeitar as deliberações da CONAE, porque nós entendemos que foi uma parte fundamental de uma construção coletiva e de uma gestão democrática que chegou a algumas conclusões, com algumas questões que precisam ser aprofundadas e outras que podem ser revistas.

Nós queremos destacar a construção coletiva das emendas junto com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por conta de a UNDIME já integrar o comitê diretivo há 10 anos.

A nossa mobilização vai em quais frentes? Fortalecer o projeto de lei; corrigir as eventuais limitações do PL. Sabemos que essas limitações existem, vamos apontar algumas, sabemos que cada instituição que se faz presente aqui terá também oportunidade de expor aquilo que lhe atinge de forma mais diretamente. E mais: criar ferramentas efetivas para a viabilização dos recursos financeiros. De todas as preocupações, a questão financeira, junto com a qualidade, são as mais importantes a serem tratadas aqui. Além disso: tornar as políticas públicas educacionais mais participativas.

Em relação às críticas, vou me limitar à questão do financiamento. Falta um pouco mais de clareza quanto a essa questão e à questão dos dados e do



diagnóstico para que possamos, então, fazer as ações de forma mais efetiva, com a qualidade necessária.

Nessa projeção de imagem, nós temos: como a proposição foi feita, qual a emenda, qual a sugestão que a UNDIME faz e quais são as alterações. Vou me limitar a dizer, em linhas gerais, onde entendemos a importância maior por parte dos Municípios.

Nessa tela que está sendo apresentada agora, queríamos ressaltar que a avaliação deve ser feita pelo Fórum Nacional de Educação instituído. Entendemos que, dessa forma, a consolidação do novo PNE se faz de forma mais democrática, muito mais transparente e de acordo com aquilo que vimos discutindo há bastante tempo.

A próxima emenda trata do financiamento. Destacamos que para que essas metas sejam atingidas, mesmo com a falta de diagnóstico, nós temos clareza do número de crianças que ainda estão fora da escola. O UNICEF acabou de divulgar o último estudo sobre o número de alunos fora da escola, quem são essas crianças.

Então, a UNDIME quer destacar que o financiamento deve ser proporcional, porque hoje os Municípios possuem um número maior de matrículas do que os Estados e ficam com a menor parte dos recursos.

Outra questão que a UNDIME entende, Deputado, que seja fundamental para que esse plano efetivamente dê o resultado que todos nós, não só nesta plenária, mas que o Brasil inteiro espera, é que o regime de colaboração funcione.

Não há possibilidade de implementação do Plano Nacional de Educação se o regime de colaboração entre os entes federados — Governo Federal, Estados e Municípios — não funcionar. Hoje, temos bons exemplos de regime de colaboração e temos locais onde esse regime sequer existe. Alguns Estados, junto com alguns Municípios, conseguem resolver problemas conjuntos. Em outros lugares, a delegação fica totalmente aos Municípios e ainda em outros, aos Estados.

Essa tela vai tratar do que ainda falta no Brasil: planos municipais e planos estaduais de educação. Por mais esforços que tanto a UNDIME, o Ministério da Educação, assim como o CONSED vêm fazendo para que todos os Municípios e todos os Estados obtenham um plano, ainda existem Municípios e Estados no Brasil que não o possuem.



Agora, de nada adianta um plano municipal ou estadual de educação que não esteja integrado às políticas públicas desse Estado. Que ele seja integrado e interligado. Não adianta o Estado fazer separado dos Municípios, senão efetivamente as políticas não acontecem lá na ponta.

A UNDIME propõe que, além do IDEB, outros indicadores possam se juntar ao processo de avaliação do Plano Nacional de Educação.

A questão da creche e da pré-escola, para nós, é uma das mais importantes. São duas metas. Na verdade, a questão está dividida em duas metas que nós entendemos que poderia ser uma única meta, para que pudéssemos alcançar, então, o atendimento na universalização dos 4 e 5 anos e o atendimento às necessidades das crianças entre 6 meses e 3 anos de idade.

Estamos propondo a exclusão dessa emenda aí projetada, principalmente por conta da palavra “estimular”. Estimular a oferta gratuita em creches, por meio de concessão, e em entidades filantrópicas. Na CONAE, assim como, desde a discussão do FUNDEB, a questão das creches assistenciais foi tratada de forma muito coerente, muito responsável. O que aconteceu efetivamente? Alguns Municípios, hoje, possuem mais creches por convênio do que próprias, portanto, trazendo precariedade à educação infantil.

O que nós queremos é não acabar com as assistenciais. Não é essa a intenção; também não é estimular a ampliação e principalmente a não profissionalização do atendimento. Não há, por parte da UNDIME, um estímulo ou sequer uma vontade de ampliação do número de vagas já existentes.

A partir deste ano, as crianças de 4 e 5 anos, já para o próximo, não poderão estar em entidades conveniadas. Nós não queremos estimular o aumento ou a criação de novas creches assistenciais.

O próximo item diz respeito ao diagnóstico. O que a UNDIME propõe é que o Governo Federal possa auxiliar com instrumentos para que esse diagnóstico das necessidades seja claro e preciso.

Eu não me lembro se chegaram a colocar na apresentação, mas, por exemplo, na minha cidade, São Bernardo do Campo, nós tivemos de fazer um diagnóstico da demanda da educação infantil, porque somente conhecíamos a



demanda que procurava as unidades educacionais. Fizemos todo um cadastramento para saber, de fato, a real demanda e em que local.

Atendimento de um quinto das crianças mais pobres — queremos apontar algumas questões. Nesse ponto, nós estamos incluindo os quilombolas, os indígenas, os negros.

Vou citar novamente a última pesquisa do UNICEF, porque em tudo que se trata de Brasil, às vezes, equivocadamente, fazemos algumas comparações. Ao afirmarmos que 98% ou 99% das crianças já estão na escola, 1% significa hoje perto de 700 mil crianças fora da escola. Nenhum de nós que está aqui gostaria que o seu filho ou a sua filha estivesse incluído nesses 700 mil alunos.

Na pesquisa que o UNICEF fez, nesses 700 mil alunos estão incluídos os negros, os mais pobres, os quilombolas e os deficientes. Então, é muito importante que o Brasil faça esse esforço por meio do PNE. Um por cento, quando nós falamos em 55 milhões de matrículas, é muita criança. Em alguns lugares representa uma parte significativa da população.

Custo por aluno e a questão da inclusão das crianças com deficiência. O que a UNDIME coloca é que seja aplicado o custo real para a inclusão e para o atendimento complementar. Essas crianças precisam da inclusão na escola regular e muitas, na sua grande maioria, precisam de atendimento especializado no horário contrário. Então, que o CAQ, que já trabalha com o custo real também das crianças com deficiência, seja o parâmetro a ser utilizado no PNE.

A mesma coisa se aplica no que diz respeito à inclusão.

Vou direto ao *slide* 18, que trata da Provinha Brasil. Nós entendemos que a Provinha Brasil não pode ser mais um *ranking*. Os gestores municipais, e acho que os gestores estaduais também, consideram a Provinha Brasil um bom instrumento para a gestão, para o planejamento e para o trabalho pedagógico das escolas. Então, a ideia é que ele permaneça assim.

Vamos direto, porque eu só tenho 5 minutos, ao *slide* 20. Esse *slide* para nós é um dos mais importantes, o essencial: dinheiro de investimento público para a escola pública. (*Palmas.*) A UNDIME defende esse cuidado no investimento. Nós, da UNDIME, temos uma posição muito clara — e eu peço desculpas ao Deputado, nós não entregamos antes a nossa apresentação porque o nosso fórum terminou na



quinta-feira à tarde. Na sexta-feira, nós fizemos todo o apanhado geral e queríamos deixar isso muito claro: que o investimento público seja para a escola pública. Não somos favoráveis nem à *voucher*, nem à compra de vagas em escolas privadas, nem à compra de vagas em instituições de qualquer religião — não vou citar aqui nenhuma. Pensamos que todo investimento do PNE — 5%, ou 10%, ou 15% do PIB — deve ser aplicado na escola pública, para que mantenhamos qualidade. (*Palmas.*)

Para fechar, são improrrogáveis. Sigo para o *slide* 29 — e quero ter disciplina porque o Deputado sempre deixa a UNDIME aqui participar. Quero colocar de forma muito clara e transparente qual foi o investimento e quem mais investiu em educação. Aqui nesse quadro, que depois vai ficar à disposição dos senhores, vemos que, de 2000 a 2009, o esforço do investimento em educação, pelo percentual do PIB, variou positivamente em 0,43%, para os Municípios; 0,40%, para os Estados, e 0,23%, para a União. Se nós temos o maior número de alunos e fizemos o maior sacrifício de 2000 a 2009, é importante que isso seja revisto e que a União, que até agora entrou com 0,23%, possa fazer também o mesmo esforço que nós temos feito para garantir educação de qualidade para todos, para cada um.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Sra. Cleusa, parabéns!

**A SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Na prorrogação, a senhora ainda tinha 1 minuto.

**A SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO** - Mas eu deixo para os agradecimentos finais à Comissão e, principalmente, aos meus colegas de Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado.

Em seguida — e até por uma coincidência está sentado ao meu lado —, passo a palavra ao Deputado Estadual Thiago Peixoto, Secretário de Educação do Estado de Goiás, que aqui representa o Conselho Nacional dos Secretários de Educação — CONSED. S.Exa. tem a palavra.

**O SR. THIAGO PEIXOTO** - Boa tarde. Primeiro, quero agradecer pelo convite para participar de algo tão marcante não para o Congresso simplesmente, mas para todo o nosso País. Toda a nossa Nação quer discutir o futuro da educação do País. Quero agradecer ao Deputado Gastão, ao nosso Relator, e cumprimentar V.Exas.





pelo trabalho que vem sendo feito. Também quero cumprimentar toda a Comissão, que vem fazendo esse trabalho também.

Quero destacar que os Estados aqui se sentem bem representados. Temos uma grande preocupação de que o plano a ser construído pelo País não seja simplesmente uma carta de intenções.

É muito bom ver como integrantes desta Comissão gestores que já comandaram Pastas da educação, que sabem da realidade do que é uma rede, do que é uma escola. Em nome desses gestores que compõem hoje a Mesa e que são Deputados Federais, eu quero cumprimentar a Deputada Dorinha, que inclusive foi Presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Educação — CONSED.

Quero aproveitar para cumprimentar também a Presidente atual do nosso Conselho Estadual, que se faz presente também, e Secretária do Mato Grosso do Sul.

Enfim, é muito importante que o Plano, além de ser ousado também tenha o pé no chão, ou seja, que as metas possam ser de fato cumpridas pelos Estados, pelos Municípios, pela União. Eu faço essa observação porque é muito bom olhar para o passado e aprender com ele. Nós já tivemos um Plano Nacional de Educação, discutido e aprovado aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, que, por não ter esse elo importante com a realidade, infelizmente, não atingiu as metas estabelecidas.

Eu percebo que esse Plano atual melhora o primeiro em muitos aspectos. O primeiro deles: a quantidade de metas. O primeiro Plano falava em 295 metas; este fala em 20 metas. Das 295 metas, pouquíssimas foram cumpridas. Mas entendo que o Plano atual além de ter metas também tem estratégia definida para que possamos atingir cada uma dessas metas. Isso também é muito importante.

Eu quero fazer também referência a uma preocupação que nós, do CONSED, temos, assim como os Secretários Estaduais da Educação — e a Secretária Cleusa acabou de falar deste assunto aqui no final da sua apresentação. No meu ponto de vista, o ponto fundamental de todo o Plano é saber se nós teremos recursos para cumprir essas metas e quem vai pagar essa conta, se os Estados, os Municípios ou a União. É importante que nesse Plano já se definam responsabilidades, e também, de forma muito clara, como vamos atingir essas metas, do ponto de vista financeiro,



porque, das 20 metas que temos, 18 delas demandam muito recurso. Temos que ver se de fato esses recursos estão disponíveis, para que as metas sejam cumpridas.

Eu quero apresentar aqui alguns pontos que chamam a atenção do CONSED com relação ao Plano. Primeiro, a falta de orçamento para o cumprimento das metas; segundo, a necessidade do levantamento de quanto custa cada uma dessas metas. Para que o Plano possa ser formulado, é preciso saber quanto de recurso vamos precisar para atingira metal tal, e de onde virá esse recurso; terceiro, é importantíssimo que se estabeleçam as metas intermediárias, para que possamos de fato medir se o Plano está sendo alcançado ou não, porque nós estamos falando de um Plano de longo prazo e, se nós não estabelecermos essas metas intermediárias, corremos o risco de nos perder no meio da implementação do Plano; o quarto ponto é sobre a definição da matriz de responsabilidades, ou seja, saber qual ente federado vai se responsabilizar por cada uma dessas metas. E mais do que isso, saber qual a forma de colaboração que nós vamos ter e como vai ser esse trabalho colaborativo entre os Municípios, os Estados e a União para atingir essas metas.

Uma outra coisa que me preocupa: como eu disse aqui anteriormente, o Plano tem 20 metas. Das 20, somente duas tratam de forma clara da qualidade do ensino. Eu entendo que nós não temos condições de ficar simplesmente discutindo, debatendo um plano quantitativo. A qualidade tem que se fazer presente de forma mais veemente nesse Plano, porque, afinal de contas, é a qualidade que nos interessa. Nós vivemos uma etapa nacional, em que o nosso grande desafio era colocar o aluno na sala de aula, nas escolas. Ainda há muito o que ser feito. Mas essa é uma etapa em que nós já avançamos muito.

Quanto à qualidade do ensino, eu entendo que o nosso avanço está ainda muito precário. Então, que o Plano estabeleça de forma mais clara como nós vamos atingir metas qualitativas. Afinal de contas, repito, no meu ponto de vista, o que mais interessa é de fato estabelecer e garantir que o aluno que esteja na escola, na sala de aula, aprenda. Nós temos que entender que essa discussão aqui hoje só acontece, envolvendo todos nós, os trabalhadores que lutam pela educação, os Secretários Estaduais, os Secretários Municipais, os Parlamentares, porque existe o



aluno. Portanto, nós não podemos em nenhum momento perder este foco: que esse Plano estabeleça a qualidade do ensino voltada para os nossos alunos.

Já foi bastante enfatizada, em todos os encontros em que se discute o Plano Nacional de Educação, a questão da falta de diagnóstico, Sr. Presidente. Eu acompanhei pela imprensa e parece-me que o Ministério, nos últimos dias, entregou o tão cobrado diagnóstico à Comissão. Eu não sei se essa informação confere ou não, mas, se entregou, acho que seria importante compartilhar esse diagnóstico com todos nós, para sabermos com quais bases estamos trabalhando para esse Plano ser fundamentado.

Outra coisa: há vários pontos, chamados de estratégias, no Plano, que podem ser encarados como metas. Então, nós temos que definir bem no Plano o que é meta e o que é estratégia, para que não gere nenhuma confusão na hora em que acontecer o mais importante, que é a sua implementação.

É importante frisar também, apesar dos pontos abordados aqui e até das críticas levantadas, que o CONSED entende que essa discussão que hoje acontece no País é a de maior importância. Aqui no Congresso Nacional nós temos discussões muito importantes, como a reforma política, a reforma tributária. Mas eu não tenho dúvida de que o Plano Nacional de Educação representa a principal ou a mais importante discussão que esta Casa de leis hoje lidera. Então, no meu ponto de vista, falta maior visibilidade a algo que é tão importante no nosso País.

Quero destacar também que o CONSED apoia o Plano. Ele tem as suas críticas, a sua colaboração a dar, mas entende que esse Plano é essencial e ele tem que ocorrer. Não pode de forma alguma — vou repetir o que eu disse no começo aqui da minha fala — ser um Plano que se perca em sonhos. Ele tem que ser ousado, mas também tem que ter um elo muito grande com a realidade, com a capacidade de se realizar. Nós não podemos, depois de 10 anos, discutir um Plano em que não esteja estabelecido, de forma clara, quem iria pagar as contas por ele.

Então, fica aqui o apoio, de forma incondicional, do CONSED a essa discussão, ao aprimoramento dela. O CONSED vai apresentar as suas emendas referentes ao Plano, tendo essa preocupação de como os Estados e os Municípios vão cumprir essas metas estipuladas. Essa preocupação é porque estamos vivendo nacionalmente uma dificuldade muito grande. As leis nem sempre têm o vínculo



adequado com quem vai executá-las e elas acabam se perdendo. Então, o CONSED reafirma o apoio ao Plano, e a discussão continua aberta. Que o Plano supere essas portas e que possamos discuti-lo com outros setores da sociedade.

Eu espero que, no momento em que discutirmos o chamado apagão da mão de obra no País, entendamos que esse apagão nasceu de um outro apagão anterior, o do ensino básico. Que esse Plano venha exatamente suprir esta necessidade imediata: fortalecer, de fato, o ensino básico no nosso País.

Reforço mais uma vez a preocupação dos Estados de que as metas tenham um elo com a realidade. Que fique estabelecido qual ente será responsável por cada conta a ser gerada e que a qualidade seja a referência especial desse Plano, e não simplesmente a quantidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Thiago. V.Exa. ainda ficou com 3 minutos de saldo, na nossa conta, como reserva técnica.

Quero dar um aviso ao Deputado Thiago e à representante da UNDIME: o Deputado Paulo Rubem Santiago vai promover uma audiência sobre financiamento e, com certeza, vai contar com a participação dos senhores. Tratará a reunião de um dos pontos mais importantes a serem discutidos aqui no Plano.

Aviso aos Deputados que abrimos um novo painel. Portanto, os Deputados precisam registrar a presença. Não há votação, mas gostaria de avisá-los.

O próximo convidado a usar da palavra é o professor Roberto Franklin de Leão, da CNTE, que sempre está conosco. É um enorme prazer tê-lo aqui.

**O SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO** - Boa tarde, companheiras e companheiros, Deputado Gastão, Deputado Vanhoni, companheiros da mesa. Quero cumprimentar especialmente os milhares e milhares de trabalhadores da educação brasileira que hoje estão nas praças e nas ruas deste País em manifestação por um PNE que atenda efetivamente às necessidades do povo brasileiro e para que tenhamos efetivamente a implementação da lei que criou o piso salarial profissional nacional neste País. (*Palmas.*)



É importante que se diga isso porque estamos debatendo um Plano Nacional de Educação e ele efetivamente precisa ser nacional e atender às nossas reivindicações.

A discussão do dia de hoje está centrada na questão da qualidade da educação. Temos certeza de que todos nós aqui consideramos que a qualidade é uma questão fundamental para esse Plano, mas não podemos nos esquecer que qualidade é um conceito em disputa na sociedade. Essa é a questão que precisamos levar em consideração quando o debate é qualidade.

A qualidade que a CNTE defende é a qualidade que têm as pessoas como centro da ação educativa. Essa é a qualidade que a CNTE defende. É importante que se pense na plenitude da formação do ser humano. Não é a qualidade, portanto, que, única e exclusivamente, adentra as pessoas. Não é a qualidade que só ensina a ler, a escrever e a fazer algumas continhas de matemática. É uma qualidade plena, uma qualidade em termos de cidadania, qualidade do ser humano livre para pensar e agir por conta própria. Essa é a qualidade que queremos e que consideramos essencial.

Para atingir essa qualidade — e já tenho manifestado a opinião da CNTE em várias ocasiões — é necessário que trabalhemos três pilares fundamentais dessa questão. O PNE precisa ser uma lei que debata e que construa esses pilares com muita sustentação: financiamento da educação; gestão democrática do ensino e valorização profissional. A eles poderíamos somar um quarto, que é avaliação.

Quanto ao financiamento, precisamos parar de achar que gastamos muito com a educação. Essa é a primeira questão. Se entendermos que o PNE deve ser um instrumento de superação de desigualdades, portanto para promover igualdades neste País, não podemos considerar que 5% do PIB é suficiente para isso, porque temos um País muito grande, com diferenças regionais imensas que precisam ser respeitadas e consideradas na elaboração desse documento.

Porém, a qualidade tem de ser igual. O menino do Amazonas tem de ter uma educação com a mesma qualidade da de um menino de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou de qualquer Estado brasileiro, respeitadas as diferenças. Não se pretende um projeto que pasteurize a educação, que torne tudo igual. Nós temos que respeitar os componentes históricos, geográficos, culturais, etc. de cada local.



Esse financiamento, portanto, precisa ser muito grande. É necessário que se invista na educação como nunca se investiu neste País. Há necessidade de se investir em uma educação com perspectiva de futuro, de construção de um país com autonomia, de um país que se sustente, de um país que não precise correr atrás de prejuízo, como está correndo agora, uma vez que existe o famoso apagão de trabalhadores para o desenvolvimento do País.

Mas, ao mesmo tempo, essa é uma preocupação, porque atender de imediato ao apagão é uma necessidade, mas não podemos ter uma escola que se prenda unicamente às demandas do mercado de trabalho. Nós devemos entender o mundo do trabalho, mas atender somente ao mercado de trabalho não é o papel da escola que nós pensamos. (*Palmas.*)

O mundo deve entender o trabalho como um fim em si mesmo, mas como um fator de realização das pessoas. Afinal, foi através do trabalho humano que o mundo se desenvolveu e chegou onde está. Mas temos de ter uma educação que trabalhe com a perspectiva, como já disse, da formação plena do ser humano.

Outra questão fundamental é a gestão democrática do ensino, que não é um fim em si mesmo. É preciso que tenhamos isso claro. A gestão democrática é um processo, é um princípio para debatermos o autoritarismo na sociedade e superá-lo.

Mas a gestão democrática não é só a eleição do diretor da escola, porque podemos eleger o diretor da escola e ter uma gestão tremendamente autoritária na escola. A gestão democrática é do sistema, porque a sociedade tem o direito de saber como é usado o dinheiro que ela paga em impostos. Ela deve ter o direito de controlar esse investimento.

Nós não podemos conviver com aquilo que está na imprensa diariamente e que envergonha todos nós que lutamos por educação pública com qualidade socialmente referenciada. Não é possível que se tenha aí dados da Corregedoria-Geral da União apontam quantos e quantos Municípios desviam verba do FUNDEB; quantos e quantos Municípios e Estados estão envolvidos em falcatruas, em licitação para uso do dinheiro da educação. (*Palmas.*)

Dizem que o problema é só de gestão, que o dinheiro existe. Temos, sim, um problema de gestão que precisa ser resolvido, mas temos também o problema de



falta de compromisso, de falta de vergonha ao se desviar tanto dinheiro da escola pública.

A população precisa ter controle sobre isso, e não basta criar conselhos. O PNE precisa dar conta disso. Os conselhos precisam ser criados para as pessoas terem condições de fazer as verificações que precisam ser feitas. Não adianta entregar na mão do pai, da mãe, de alguns conselheiros um calhamaço com todos os dados dos gastos com educação naquele Estado ou naquele Município. Contabilidade pública não é das coisas mais fáceis de se entender. O pai ou o participante daquele conselho não consegue ter compreensão exata do que foi investido, de como foi usado aquele dinheiro.

Assim, a gestão democrática é fundamental para isso e está vinculada à qualidade socialmente referenciada da educação. Por quê? Porque, primeiramente, ao preparar a pessoa para uma participação ativa na sociedade, está contribuindo para a formação desse cidadão e, como controle da verba, vai fazer com que tenhamos mais investimento.

Outra questão muito comum relativa ao gasto público, principalmente ao dinheiro para a educação, ao investimento e à gestão, com a qual nós não podemos conviver e da qual o Plano precisa se dar conta, é o desvio de função dos trabalhadores de educação. Diariamente professores são chamados para atuar fora do âmbito da educação. Ele sai da sala de aula e vai para a Secretaria de Turismo, de Transporte, de Cultura, de Esporte. E é o dinheiro da educação que está lá. Ainda que sejam atividades relevantes, nós precisamos resolver o problema de outra maneira.

É importante que isso seja dito, porque ouvimos, principalmente quando se discute piso salarial neste País, que os Municípios e os Estados vão à falência por causa de uma lei que estipula um piso. O valor que a CNTE considera que seja o piso é pequeno ainda — R\$1.597,87. Agora, não conseguem considerar o pagamento de R\$1.187,00? Que compromisso efetivamente existe com a educação?

Essas questões precisam ser discutidas porque estão amarradas no Plano. E não se pretende que ele tenha mil artigos. Ele pode dar conta disso articulando propostas para enfrentar esse debate.



A valorização é outra parte do primeiro tripé que consideramos. E valorização não é só o salário — isso é para esclarecer, antes que digam que somos corporativos e gostamos de reivindicar só salário, ainda que tenhamos todo o direito, porque o salário é muito baixo mesmo, no País inteiro. Onde se diz que pagam bem, a carreira é a 19<sup>o</sup>, comparada com as outras de nível universitário. Valorização é, por exemplo, uma formação inicial competente, uma formação que tenha sustentação, que seja sólida e não seja pensada, única e exclusivamente, do ponto de vista do desenvolvimento das competências necessárias para passar determinado conteúdo para os alunos.

É necessário que os professores e os funcionários de escola participem e tenham conhecimento outros além daquela disciplina com a qual ele quer trabalhar, sobre a qual ele quer dar aula. Ele precisa conhecer sociologia, filosofia história da educação, e isso é considerado uma grande heresia por alguns que querem uma formação aligeirada dos professores. Para eles basta, simplesmente, que o professor transmita certo conteúdo destinado a certa parcela da população, que é a classe trabalhadora deste País.

É preciso que tenhamos uma carreira para profissionais da educação que seja atraente. Não adianta criar um Plano Nacional de Educação que tenha metas maravilhosas se não há profissionais para trabalhar na educação brasileira.

E não vamos ter mesmo, porque, com essas carreiras que existem, não vamos atrair nenhum jovem que tenha um pouco de juízo para ser professor (*palmas*). Ele, muito justamente, quer ser professor, mas também quer viver, quer ter uma carreira com perspectiva de futuro, que lhe dê possibilidade de progressão, que lhe permita crescer como ser humano, como profissional e que, ao final, se sinta realizado.

A carreira não contempla isso, nem a dos professores nem a dos funcionários da educação, que assim precisam ser entendidos definitivamente, a partir, inclusive, da alteração da LDB que foi votada no Congresso Nacional. É preciso que os funcionários sejam entendidos definitivamente como profissionais da educação e que sejam respeitados como tal, entendendo que a educação na escola não é feita só pelos professores, mas pela merendeira, pelo responsável pela higiene, pelo porteiro da escola. (*Palmas.*)





Para isso é preciso dinheiro, e muito. Nunca soube de nenhum Estado ou Município que tivesse ido à falência porque fez tudo isso. Nunca soube de nenhum Estado ou Município que foi à falência porque aumentou o número de escolas, alterou a jornada, pagou bom salário, construiu biblioteca ou laboratório. Sabemos que eles têm problema por causa do desvio do FUNDEB, desvio do dinheiro destinado à compra de ônibus escolar, devido a problema com a merenda.

A valorização passa por condições de trabalho adequadas, condições de trabalho que não deem motivo para o que vimos recentemente na televisão: reportagens que mostram as condições do armazenamento da merenda escolar.

É disso que o Plano Nacional de Educação precisa para ser bom. O documento enviado traz propostas interessantes, mas precisa ser mais ousado. Ele precisa ser algo que diga: nós queremos tirar o País do atraso de 500 anos da educação pública brasileira. (*Palmas.*)

Portanto, é preciso 10% do PIB e 50% do dinheiro do pré-sal para se investir na educação. É muito dinheiro? Não, é o dinheiro suficiente, é o que é preciso. Quando tivermos efetivamente resolvido os problemas, com certeza, não serão necessários mais os 10% do PIB.

Por fim, quero falar sobre uma questão chamada avaliação. Precisamos construir instrumentos que avaliem o ensino em tudo. Não basta, simplesmente, querer avaliar se o ensino é bom ou ruim aplicando uma prova "standarizada" em larga escala nos alunos, para depois dizer que os responsáveis são os professores, que não sabem ensinar, que não sabem trabalhar. (*Palmas.*) Não adianta isso.

É evidente que é preciso fazer avaliação dos profissionais, porque nós somos funcionários públicos, mas somos trabalhadores e temos responsabilidade. Mais importante do que isso é o seguinte: vejam o que aquele sistema de ensino fez para ter uma escola de qualidade; vejam se as condições de trabalho são boas, se existe biblioteca, se existe laboratório, mais ou menos como é feito, com todos os problemas que ainda existem, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES. Essa avaliação precisa ser feita.

Por fim, diria que há um pecado capital no PNE: não tratar do ensino privado. É preciso que definitivamente se resolva a questão de como se trata o ensino privado no Brasil. Ele deve ser concessão de serviço público, deve ser mais



responsabilizado e não pode ser aberto como se abre um comércio qualquer. É preciso haver fiscalização, ainda que reconheçamos que há mais fiscalização do MEC atualmente, principalmente das universidades.

É importante que o serviço de educação na iniciativa privada seja mais fiscalizado e entendido como concessão de serviço público, entendendo que a educação é um direito (*palmas*). O Estado não consegue atender totalmente a esse direito e é até democrático que as pessoas optem, por exemplo, por uma escola confessional, se quiserem. Isso precisa ser mais bem regulado.

A CNTE fez emendas, em cuja apresentação detalhamos essas questões. O PNE precisa desses debates, precisa da participação efetiva da sociedade brasileira, junto com os Deputados e com os Senadores. Mas o PNE precisa ser votado neste ano para entrar em vigor no ano que vem. Concordo com quem disse aqui que tem de ser prioridade do Congresso Nacional o debate e a votação do PNE ainda neste ano.

Muito obrigado. A CNTE está à disposição para os debates sempre que precisarem. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Roberto.

Aproveitando que a plateia está tão animada, apresento aos senhores os Deputados que participam da nossa reunião e que têm sobre seus ombros a responsabilidade de discutir e aprovar de forma terminativa esse Plano. Começo com a Deputada Alice Portugal, da Bahia. (*Palmas.*) Conhecida de todos, a Deputada Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte (*palmas*); o Deputado Eduardo Barbosa, de Minas Gerais (*palmas*); o Deputado José Linhares, do Ceará (*palmas*); o Deputado Paulo Rubem Santiago, de Pernambuco; o Deputado Izalci, do Distrito Federal (*palmas*); a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Tocantins, que foi Presidente do CONSED (*palmas*); o nosso decano, nobre Deputado Chico Lopes, do Ceará (*palmas*); o Deputado Professor Setimo, do Maranhão (*palmas*); o Deputado Rogério Marinho, do Rio Grande do Norte (*palmas*); o Deputado Raul Henry, de Pernambuco (*palmas*); e o Deputado Lelo Coimbra, do Espírito Santo. (*Palmas.*)

Passo a palavra imediatamente ao Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



V.Sa. dispõe de 15 minutos.

**O SR. DANIEL CARA** - Agradeço à Comissão Especial do Plano Nacional de Educação o convite feito à Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Cumprimento aos trabalhadores da educação que estão mobilizados nessa luta fundamental pelo PNE que o Brasil quer e do qual a educação precisa.

A nossa ideia com esta apresentação é discutir um pouco o conceito de qualidade da educação, da forma como ele aparece dentro desse Plano, e qual é o desafio em termos do financiamento da educação, do ponto de vista da questão da carreira docente, ponto chave para a qualidade da educação. Nenhum país avançou em termos de qualidade da educação sem ter uma carreira docente atrativa e capaz de estimular os principais e melhores estudantes a se desafiarem na carreira do magistério.

Quero apresentar a rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Estão aqui dois dos dirigentes da Campanha, a Profa. Cleusa e o Prof. Leão, seu fundador.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A Campanha é uma rede bastante ampla que contempla mais de duzentas entidades, 23 comitês regionais ou representações, em 21 Estados da Federação e no Distrito Federal, e um amplo comitê diretivo, que inclui CNTE, UNDIME, MST e Fundação ABRINQ. É uma rede marcada pela pluralidade e pela capacidade de construir consensos. Trabalhamos muito próximos a vários Deputados: Deputada Alice Portugal, Deputado Gastão Vieira, Deputada Fátima Bezerra, Deputado Paulo Rubem Santiago, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Rogério Marinho. A Campanha tem grande capacidade de construir consensos, pela sua própria origem social e pela sua pluralidade.

Quero mostrar como a Campanha está trabalhando a questão da qualidade no PNE.

Em primeiro lugar, consideramos que o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, tem dois importantes méritos: primeiro, ele contempla 20 metas — acreditamos ser importante, em um Plano Nacional de Educação, a ideia de prioridade; segundo, ele considera duas questões fundamentais no que diz respeito à gestão democrática: ele institui o Fórum Nacional de Educação — está aqui o Arlindo, membro do Fórum



— e também formaliza a Conferência Nacional de Educação. Com isso, ele acaba estimulando a criação de um arcabouço de participação na constituição do Plano Nacional de Educação, o que é muito importante. Esse foi o elemento que faltou para o cumprimento das metas do plano anterior. Só um terço delas foram cumpridas.

O Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, entretanto, contém alguns equívocos e algumas ausências. Não vou repetir todas as que foram mencionadas, vou chamar atenção para as principais, na nossa opinião.

Primeiro, ainda não existe um diagnóstico do PL 8.035/2010.

Segundo, ainda não chegaram as notas técnicas ao PL 8.035/2010. Não sei se a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende as recebeu, mas o requerimento de informação que ela aprovou nesta Casa exigia que o Ministério da Educação apresentasse as notas técnicas, e o prazo se encerrou em 6 de maio de 2011, portanto, na semana passada. Então, Deputado Angelo Vanhoni, Deputada Dorinha, se possível, seria importante a sociedade saber se essas notas técnicas chegaram até os senhores.

Terceiro, afora as críticas que foram apresentadas, o PL não avança num aspecto fundamental: a obrigação constitucional estabelecida pelo art. 214 da Constituição de que o Plano Nacional de Educação colabore na planificação do Sistema Nacional de Educação. Isso se apresenta de forma clara na ausência de responsabilidades no corpo do Plano. O que significa isso? No Brasil, temos a União, os Estados e os Municípios. A União sozinha arrecada 53% da receita líquida de tributos, ou seja, arrecada mais do que os 27 Estados, com os 5.565 Municípios. E ela fica com essa receita. A capacidade distributiva da União é muito pequena, como comentou a Profa. Cleusa. A característica da União no Brasil — isso não é uma característica atual, mas histórica — é concentrar muito capital e distribuir muito poucos recursos, em termos de políticas sociais, especialmente na questão da educação.

Para melhorar a carreira docente, é importante que a União participe, torne-se mais presente, com investimentos em educação.

Afora esses aspectos, que não foram comentados aqui, gostaria de chamar atenção para outro aspecto fundamental. A Campanha, junto à UNDIME, à CNTE e



às demais entidades da sua rede, apresenta 86 emendas ao Plano Nacional de Educação. Hoje inclusive entregamos ao Deputado Angelo Vanhoni, porque já tínhamos entregue à Deputada Fátima Bezerra, e a outros Parlamentares um CD amarelo contendo as nossas emendas, as quais mostram essencialmente a nossa preocupação em atualizar o PL 8.035/2010, conforme o conteúdo da CONAE. Consideramos que valorizar a CONAE tem que ser princípio da nossa atuação.

Portanto, chamo atenção para essa grande ausência de coerência entre o que foi aprovado na CONAE e aquilo que está refletido no Plano Nacional de Educação. (*Palmas.*)

Dito isso, quero passar à questão da qualidade propriamente dita.

A qualidade da educação pode ser trabalhada, no âmbito do PL 8035/2010, em educação básica e ensino superior. A maior quantidade de metas trata da educação básica. Uma ou duas metas tratam da educação profissional. A educação básica é o grande foco do plano. O primeiro problema que verificamos é o seguinte: como o Leão mencionou, a âncora do plano, em termos de qualidade, é o IDEB, que traz importantes avanços em termos de orientação do sistema sobre a qualidade da educação. Entretanto, o IDEB não mensura efetivamente a qualidade. Mensurar a qualidade significaria observar, por exemplo, por meio de um índice, como é a carreira docente; qual é o número de alunos por sala de aula; como se dá a implementação de currículos dentro das escolas; observar se o aprendizado de fato acontece ou não; a educação para valores. O conjunto de necessidades que devem ser reconhecidas por um índice que define qualidades não consegue ser mensurado via IDEB. Por isso nós o consideramos uma âncora importante, mas insuficiente, em termos de avaliação da qualidade da educação.

Outro aspecto fundamental é que os insumos, ou seja, tudo aquilo que se oferece à educação para garantir bons resultados em termos de aprendizagem, não são tratados na educação básica como referência fundamental do Plano; eles são tangenciados. Por exemplo, não se tem grande clareza de qual é a formação necessária, de quais são as características da formação para o profissional da educação para o exercício da sua profissão, nem há um número de alunos por sala de aula, como havia no Plano anterior. Portanto, faltam insumos como referência de qualidade.



Outra questão importante, por exemplo, é que a média nacional do IDEB — 5,5 para o ensino fundamental e 5,2 para o ensino médio — pode ser considerada muito tímida, pelos especialistas que trabalham com avaliação, para um plano que se pretende ser decenal. Para se ter uma ideia, essa referência do IDEB significa que o Brasil teria 473 pontos no PISA, o que o levaria da 54ª posição no *ranking* geral para a 39ª, ao lado da Grécia — não estou defendendo o PISA, estou apenas fazendo uma comparação a nível internacional. Significa que o esforço de 10 anos de evolução do PISA foi extremamente insuficiente, diante das necessidades da educação do País, sem considerar que, como Leão mencionou, isso não significa equidade no acesso à qualidade da educação. Infelizmente, o Brasil tem reproduzido desigualdades. A população do Norte e Nordeste do País tem acesso a uma educação de menor qualidade em termos de insumos do que a população do Sul e Sudeste.

Outro aspecto que consideramos frágil na questão da qualidade na educação é a gestão democrática — Meta 19. A Meta 19 é a única que apresenta apenas duas estratégias. Isso mostra quão incapazes somos de construir referenciais de gestão democrática para a determinação da qualidade na educação. Essa é outra fragilidade do Plano.

Outras metas mostram que, em termos de qualidade, no tocante à educação básica, o Plano tem uma grave fragilidade: ele não se preocupa em transversalizar o problema da qualidade na educação básica. Ela aparece pontualmente, mas de forma desarticulada. Este é o contexto da educação básica. E essencialmente o Plano não trabalha a questão dos insumos.

No caso da educação superior, como vocês vão perceber no próximo eslaide, o aspecto central do Plano são exatamente os insumos. Em vez de trabalhar com uma referência limitada de qualidade, como o IDEB ou equivalente, no ensino superior, trabalha-se com insumos, especialmente a formação docente. A medida é correta, acertada. O que se pretende é garantir que o País tenha maior quantidade de mestres e doutores lecionando nas universidades, o que é extremamente importante.



A pergunta central que fica é: por que os insumos não aparecem na educação básica? Isso tem a ver com financiamento, e pode ser visualizado nos próximos eslaides.

Essa é a representação geral do Brasil no PISA. Como falei, o País ocupa a 54ª posição.

Agora começa o nosso problema: se fossem isoladas as escolas das redes públicas municipais e estaduais, o Brasil estaria na 70ª posição no PISA. Quer dizer, estamos hoje na 54ª posição e cairíamos para 60ª posição.

Se tivéssemos como padrão de rede pública a rede pública federal, que são as escolas técnicas federais, os colégios militares e principalmente as escolas de aplicação, saltaríamos da 54ª para a 7ª posição no PISA. Efetivamente ofereceríamos educação de qualidade.

Como o Deputado Eduardo Barbosa relembra, o Brasil sabe como oferecer uma rede pública de qualidade. Agora, por que não conseguimos? E por que não tomamos a decisão de fazer da rede pública federal a base para o padrão de qualidade brasileiro? A resposta está no próximo eslaide.

Nas redes públicas estadual e municipal, o custo/aluno/ano médio é de 2.317 reais e o vencimento inicial, o piso, é de 1.187 reais. Na rede pública técnica federal, o custo/aluno/ano é de 7.200 reais — há uma diferença de 5 mil reais, mais ou menos; o vencimento inicial é de aproximadamente 4 mil reais; e a carreira alcança o valor de 11.700 reais. Acredito que os profissionais da educação aqui presentes de fato se sentiriam mais atraídos por essa carreira do magistério. (*Palmas.*) Aliás, os colégios militares têm um custo aluno/ano médio de 12 mil reais. Os senhores veem a disparidade de investimentos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Qual é a questão central de qualidade do novo PNE? Precisamos definir qual é a moeda; essa é uma ideia econômica, mas qual seria a moeda para a qualidade do Plano Nacional de Educação? A sociedade civil e a campanha signatária desse princípio defende 10% do PIB para a educação. Pede-se que a sociedade civil apresente os cálculos. Vou apresentar-lhes alguns cálculos de cenário, limitados. Peço, inclusive, a intervenção do Deputado Paulo Rubem Santiago na oportunidade



da discussão sobre financiamento, para o nosso especialista na área, Marcelino, poder proferir a base dos nossos cálculos de forma mais detida.

Uma segunda possibilidade de moeda de qualidade é a porcentagem do PIB *per capita*. A terceira é a do custo aluno/qualidade, desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em parceria com as suas 200 entidades, especialmente a UNDIME e a CNTE.

Vou mostrar-lhes o que significa PIB *per capita* numa média dos países do padrão OCDE — Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os 20 países mais desenvolvidos do mundo. Eles determinam um PIB *per capita* médio de 25% a 30%, o que significa um valor para creche, por exemplo, de R\$5.704,80. A campanha, em vez de trabalhar com a ideia do PIB *per capita*, porque esse seria um elemento de tensionamento muito forte, exigiria mais de 10% do PIB para cumprirmos o PIB *per capita* atual da OCDE, nós trabalhamos com a ideia de custo aluno/qualidade inicial. Determinamos insumos que não podem faltar para uma relação ensino/aprendizagem, utilizando como base o piso da CNTE para todos os profissionais da educação, porque acreditamos que qualidade se faz com todos os profissionais da educação, não só com profissionais do magistério. Construimos o custo aluno/qualidade com valores um pouco mais variáveis. Exceção feita à creche, para a qual defendemos 39,3% do PIB *per capita*, que daria um custo aluno/ano de R\$7.473,29. Todos os demais ficam abaixo do PIB *per capita* da OCDE, menos a educação no campo, cujo custo seria de R\$5.115,30 para o ensino fundamental, séries iniciais, e R\$4.811,05 para o ensino fundamental, séries finais. Na próxima tabela do CAC os senhores terão uma ideia do que é uma escola do CAC.

Na escola do CAC o elemento mais forte e mais tenso é o número de alunos por sala de aula. Trabalhamos com parâmetros muito próximos aos defendidos pelo Prof. Mozart no Conselho Nacional de Educação — o Prof. Mozart fez um excelente trabalho de relatoria do CAC no Conselho Nacional de Educação. Esperamos a homologação pelo Ministro Fernando Haddad. Gostaria que depois o Prof. Mozart se pronunciasse sobre o assunto.





O número de alunos por sala de aula na creche é 13; na pré-escola, 22; no ensino fundamental, séries iniciais, 24; séries finais, 30; ensino médio, 30, para o campo e para a cidade.

Em geral, investe-se em carreira docente de 74% a 81% do valor.

Quero apresentar para os senhores a última tabela, que traz a comparação do CAC com o FUNDEB. Depois quero apresentar-lhes o cálculo geral para mostrar-lhes quanto custa uma educação de qualidade com base no CAC.

Então, o CAC pode ser comparado ao FUNDEB de duas formas: a coluna A menos a coluna B, que é o CAC de 2010 menos o FUNDEB de 2010, é a comparação correta; mas nós somos mais ousados e comparamos também o CAC de 2010 com o FUNDEB de 2011, uma comparação incorreta, porque o FUNDEB de 2011 teve uma arrecadação maior porque o Brasil está em processo de crescimento econômico. Agora, o ponto dramático é: se os senhores observarem, em 2010, do CAC para o FUNDEB não há nenhuma diferença que seja inferior a mil reais. Na creche dá mais de 5 mil reais de diferença entre um e outro. Isso é que deveria ser implementado nas escolas públicas brasileiras. Em 2011, exceção feita ao ensino fundamental, porque aí a comparação é incorreta, nenhuma diferença dá menos do que 700 reais. Isso mostra que há uma incapacidade de investimento em qualidade na educação. O PNE tem que expandir as matrículas, mas tem que expandir com garantia de qualidade. Esse acreditamos ser o desafio correto para o próximo Plano.

E aí, por último, o que representa o esforço do CAC? Para garantir o CAC para as matrículas atuais, para os 50 milhões, 60 milhões de matrículas públicas ou conveniadas, mas financiadas pelo FUNDEB, nós precisaríamos de 1% do PIB a mais a ser transferido ao FUNDEB pela União — sempre lembrando que a União só colabora com 3,22% do seu orçamento para a educação pública. Se formos falar de educação básica, esse número é muito menor.

Para o cumprimento do PL nº 8.035, de 2010, precisaríamos, nos nossos cálculos, de 8% do PIB para a educação básica. E esse esforço tem que ser muito rápido, porque a tentativa de expansão, Deputado Paulo Rubem Santiago, é para até 2016, porque os Estados e os Municípios vão ter que universalizar o ensino médio e vão ter que universalizar a pré-escola, pela Emenda Constitucional nº 59, relatada pelo Deputado Rogério Marinho. E para isso nós precisaríamos de 8% do



PIB, numa variação de 6 a 8 anos, para garantir o efetivo combate às iniquidades na sociedade brasileira.

O nosso objetivo com o CAC, basicamente, é o de dar conta do desafio que o Leão lançou: garantir, de 10 a 15 anos, um grande salto de qualidade em termos de educação. Mas não o salto de qualidade ideal, porque não estamos trabalhando com o padrão OCDE. Dar um salto mínimo em termos de parâmetro mínimo de qualidade. E, para isso, quero reforçar aqui que nós apresentamos essas 86 emendas, e convidamos os Parlamentares, juntamente com a UNDIME e a CNTE, a assumirem essas emendas como sendo suas.

Esse era o recado que eu queria dar aos senhores. Para que haja garantia de qualidade no PNE é preciso mais recursos para a educação. A sociedade brasileira tem que ter isso em mente. E é disso que temos que convencer a área fazendária e econômica do Governo.

Esse, portanto, é o desafio que eu queria apresentar aos senhores.

Agradeço a todos pela oportunidade.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Daniel.

Vamos encerrar a participação dos convidados com a manifestação do Prof. Mozart Neves Ramos, Conselheiro do movimento Todos pela Educação.

**O SR. MOZART NEVES RAMOS** - Inicialmente, gostaria de agradecer ao Presidente Gastão Vieira pela presença do Todos pela Educação nesta Mesa, em nome da nossa Diretora-Executiva, Priscila Cruz, aqui presente.

Quero saudar o Deputado Angelo Vanhoni pela relatoria, pelo importante trabalho que começa a desenvolver; quero saudar também os colegas da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados presentes, os colegas de profissão, professores, profissionais da educação presentes.

Enquanto o Leão falava eu me lembrava de uma frase que ouvi de um reitor de Harvard, Derek Bok: *“Se você acha a educação cara, experimente a ignorância”*.  
*(Palmas.)*

Na prática, Leão, o desafio que o Brasil tem pela frente é o de criar um sistema nacional de educação. Essa é uma preocupação do movimento que, a meu ver, retrata vários pontos abordados aqui, a começar pela afirmação da Cleusa



sobre a importância de se instituir legalmente no País um regime de colaboração. Quem já foi Secretário de Educação sabe muito bem — aqui há alguns — que a grande dificuldade de se desenvolver educação de qualidade para todos no País é exatamente ter a clareza da responsabilidade de cada um dos entes federados. E isso não está claro para nós. Se não ficar claro, mais uma vez o Plano vai ficar “manco”. É muito importante esse aspecto.

O segundo aspecto, no nosso entendimento, já ressaltado por outros colegas, é a ausência de diagnóstico do Plano que se encerrou. Se queremos ter o respeito e a ajuda da sociedade no Plano que se inicia, temos que dar à sociedade clareza sobre o que foi desenvolvido nos últimos 10 anos, porque a sociedade não sabe. Esse é um ponto central para se começar a implantação do novo Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos.

Concordamos plenamente com o Leão que não podemos passar de 2011. Temos que chegar até novembro com o Plano implantado. Agora, nós temos que ter clareza do que foi e do que precisa ser feito, de quanto custa o Plano atual e de onde virá esse dinheiro, como disse o Deputado Thiago Peixoto, representante do CONSED. Esse é outro ponto central. É preciso saber quem vai pagar a conta. O Deputado Paulo Rubem Santiago, meu colega de universidade, especialista na área contábil, sabe muito bem que, na década de 80, dos impostos que eram recolhidos pela União, 80% eram redistribuídos entre Municípios e Estados. Somente 20% ficavam com a União. Gradualmente, nos últimos três Governos — Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula —, o quadro se inverteu: 80% dos impostos ficam com a União, e somente 20% são redistribuídos. Por isso, 75% dos Municípios, salvo engano, dependem do Fundo de Participação dos Municípios e do FUNDEB.

Portanto, se não fizermos a conta direito, ficará a questão: quem vai pagar? É absolutamente importante que esse trabalho seja feito, que se dê nome aos bois, que esteja claramente definida a responsabilidade pela meta, senão vamos ter, como disse o Thiago Peixoto, apenas uma carta de intenções. O movimento Todos pela Educação sempre defendeu poucas metas, desde o primeiro momento, para facilitar a mobilização, para não perder o foco. Várias estratégias seriam quase submetas dentro da meta maior. Mas precisamos não ter 296 metas, metade das



quais nem sequer tinham indicadores. Como poderíamos mobilizar o País? Além do veto que houve em relação aos 7% do PIB, que, de certa maneira, não mobilizou todos pela questão do Plano, agora concluído.

Há outro aspecto que precisa ser também delineado neste momento: um terço das metas do Plano proposto, na verdade, não se concluem em 2020. Esse é um ponto, Sr. Presidente, Sr. Relator, que eu gostaria muito de abordar, porque as Metas 1, 2 e 3, de acesso e universalização, vêm da Emenda Constitucional nº 59, que, como disse o Daniel, até 2016 nós precisamos cumprir. Então, não é 2020, é 2016. Outra, a meta da aprendizagem do IDEB, é para 2015. Portanto para 2016 ter sido alcançada. A Meta 9, da alfabetização e também do analfabetismo, na faixa de 15 anos ou mais, é de chegarmos a 6,5%. Para isso existe um acordo mundial para a alfabetização de jovens e adultos, que nós precisamos cumprir. A Meta 16, que traz os educadores aqui hoje, é fundamental que seja cumprida não em 2016, mas já. Trata-se do piso salarial e da carreira dos educadores. (*Palmas.*) Se essa meta não for cumprida, que legitimidade terá esse Plano, por mais que se discuta? Qual a sua força orgânica para conseguir, em 2020, mobilizar a sociedade?

Nesse sentido, é fundamental que, em termos de metas, o que tem que ser cumprido já, seja cumprido já; o que tem que ser cumprido em 2015, 2016, que o seja em tal prazo. Para isso, é importante que haja marcos temporais claros. Se deixarmos tudo para 2020, o último governante terá que pagar as contas de quem não fez o seu dever de casa.

Este é um papel importante do fórum, juntamente com o Conselho Nacional de Educação: acompanhar as metas, anuais ou bianuais, dependendo da sua natureza. Isso é fundamental para que haja responsabilização.

Outra coisa: vamos fazer um desenho e nos transportar para 2016. Chegando lá, se constatarmos que nenhuma das metas foi alcançada, de quem é a responsabilidade? Se não fixarmos responsabilidades no atual Plano, se pelo menos não tivermos outro PL que se alinhe com o atual do Plano Nacional de Educação, não saberem de quem cobrar. E como vamos poder dizer à sociedade que não estamos cumprindo o Plano? De quem é a responsabilidade?

Então, acho que é preciso haver clareza quanto a isso para que possamos ter legitimidade para mobilizar durante os próximos 10 anos a sociedade. Para que



tragamos para dentro, não só do Congresso, mas da sociedade, a importância de se ter um Plano desse, mobilizando não só o Congresso, os educadores, mas toda a sociedade, como se fez na Coreia há 30 anos, quando se tomou a decisão de colocar a educação como prioridade número um, a febre de educação, porque a sociedade entendeu que se não resolvesse o problema da educação não se resolveria o problema do país.

Ora, se na década de 80 o Brasil fez um belíssimo dever de casa com a mobilização pelas diretas-já e redemocratizou o País; se na década de 90 nós fizemos uma grande mobilização por uma moeda estável e uma economia próspera, acho que agora a terceira grande revolução é tornar o professor o protagonista do século XXI neste País. (*Palmas.*) Precisamos fazê-lo. E digo isso não porque estou aqui hoje, em vários artigos meus defendo isso. Sou professor, fui reitor de universidade, Secretário de Estado e nunca deixei a sala de aula e nem a minha pesquisa, porque é ali que está o sentimento que eu trago neste momento e que o Todos pela Educação abraçou.

Eu disse há pouco em entrevista para a *TV Câmara* o seguinte: “*Eu quero fazer um belo feijão com arroz, mas bem-feito*”. Sabem qual é o bem-feito que eu gostaria que esse Plano fizesse? Trouxesse de volta o desejo do jovem de ser professor no Brasil. (*Palmas.*) Se fizermos isso, acho que as metas do Plano virão por consequência. Muitas metas não alcançadas decorrem da nossa incapacidade de trazer os jovens novamente para a carreira do magistério.

Na segunda-feira eu estava com cerca de 10 alunos das turmas de licenciatura em Química e Física, portanto futuros professores deste País, e eles me disseram: “*Olhe, professor, com o PIBID, com essa Bolsa de Iniciação à Docência, nós estamos vendo duas coisas no nosso mundo*”. Aí eu disse: “*Que duas coisas vocês estão vendo?*” “*Uma coisa é a realidade da universidade, a formação que estamos recebendo aqui...*”.

A Deputada Professora Dorinha manifestou exatamente essa preocupação, tema, inclusive, de artigo meu publicado no *Correio Braziliense*. Eu não tive oportunidade de entregar-lhe uma cópia, Deputada.

Se a universidade brasileira não mudar a formação dos nossos professores e não colocar a educação básica como prioridade no seu projeto de universidade, nós



também não vamos conseguir responder aos anseios da sociedade quanto à aprendizagem, porque não sabemos mais como lidar com a educação básica. E digo isso não porque li em algum lugar, mas porque estou em sala de aula, onde ouço os meus alunos dizerem claramente: *“Ser professor é maravilhoso, mas nenhum dos nossos colegas que estão terminando o curso quer ser professor. Todos eles estão indo para o mestrado, porque a bolsa é de 1.300 reais.”* Estão melhorando a sua formação e titulação, estão progredindo, em lugar de dar, por exemplo, 80 horas de aula no Estado e ganhar 800 reais. *(Palmas.)* Como podemos resolver isso?

Então, eu acho que esse Plano não é para o presente, mas para o futuro da juventude que aí está. O hoje é o passado do futuro. Portanto, o feijão com arroz desse Plano seria retomar a valorização do professor para que seja respeitado no País, para que os jovens queiram ser professores.

O Daniel falou como muita clareza e apresentou uma transparência muito importante com a comparação dos custos, que na verdade não são custos, mas investimentos. Quando se faz investimento, obtém-se resultado. Em Singapura, quem quer ser professor, já na universidade recebe um salário e é tratado com toda a integridade, com todo o cuidado, porque vai cuidar de toda uma geração. É esse sentimento que o Plano tem de trazer. O Plano deve ter o espírito, a alma e exatamente a vontade que imaginamos para fazer uma Nação muito melhor para as futuras gerações. Eu acho que isso passa exatamente pelo ideal de uma educação de qualidade que nos reúne aqui neste momento. Podemos ter caminhos diferentes, mas o sonho que queremos deixar como legado para as futuras gerações é esse.

Precisamos ter o cuidado de usar bem o dinheiro público. O Leão falou muito bem sobre isso, a Cleusa tem uma preocupação muito grande, na condição de Presidente da UNDIME, no que tange à responsabilização, e eu entendo perfeitamente quando ela fala sobre isso, porque é preciso acabar com as indicações políticas para diretoria de escola. *(Palmas.)* Nós precisamos ter gestores profissionais, que entendam de educação, que cuidem da educação e não estejam na escola simplesmente a mando de um Prefeito, de um Deputado, de um Governador, pessoas que entendam de educação. *(Palmas.)*

Havendo profissionais da educação bem formados, que seja dado ao Secretário o que hoje ele não tem. Quando fui Secretário de Estado, em



Pernambuco, vi muitos Secretários Municipais assinarem cheques. Um Plano de verdade não pode mais permitir isso. Os Secretários são praticamente pressionados a assinar cheques para que o Prefeito gaste o dinheiro. Mais tarde o Secretário terá de prestar contas de um recurso que não sabe como foi gasto. Eu acho que o Plano tem que compor essa realidade. Se não resolvermos esses aspectos, vamos ter um Plano muito bom, mas que não será o Plano não dos nossos sonhos, mas das gerações futuras, que irão precisar de uma educação melhor, de um País mais justo e igualitário. Este é o grande desafio que devemos ter em mente: não um plano, mas um País verdadeiramente justo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Dr. Mozart. A Mesa está de parabéns porque usou até um pouco menos do tempo previsto.

Vamos passar imediatamente ao debate.

Pela ordem de inscrição, usarão da palavra os seguintes Deputados: Alice Portugal, Eduardo Barbosa, Paulo Rubem Santiago, Fátima Bezerra — S.Exa. precisou se ausentar, mas deixou consignado que vai retornar —, Professora Dorinha, Izalci, Lelo Coimbra, Rogério Marinho, Chico Lopes e Newton Lima.

Para facilitar nosso trabalho, faremos blocos de cinco Parlamentares. Peço ao Parlamentar que fizer alguma indagação que, por favor, diga quem da Mesa vai respondê-la, para evitar que todos os convidados tenham de responder a todos os Deputados.

Vamos começar. Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, Deputado Gastão Vieira, senhoras e senhores integrantes da Mesa, companheiros trabalhadores em educação, vou fazer duas questões: a primeira diz respeito ao objeto da oportunidade desse Plano, que, de fato, abre toda uma expectativa de virada, de mudança de qualidade, não obstante não estarmos começando do zero. Tivemos, de fato, um grande incremento com a aprovação do FUNDEB depois de uma grande luta dos trabalhadores em educação. Foi uma grande vitória para a educação brasileira a incorporação das modalidades educacionais no bojo do FUNDEB, o projeto piloto das creches, que, sem dúvida, o Plano já prevê.



Eu gostei muito da fala da UNIDME, principalmente no que toca à não complacência com as creches apenas cuidadoras, assistenciais. Isso, sem dúvida, propulsiona uma unidade maior em relação a termos professores nas creches.

Então, nós não estamos partindo do zero, mas sabemos que o grande problema é de financiamento. Temos trabalhado com a ideia, eu particularmente, de 10% do PIB. Sabemos que essa ideia encontrará resistência em setores da equipe econômica que mantêm tensionado o cabo de guerra em função da formação do superávit primário. Isso, para nós, é uma coisa séria, porque queremos continuar mudando, avançando. Não negamos os grandes avanços que conjuntamente conseguimos, mas sabemos que só uma grande unidade do setor educacional quebrará essa barreira. Mesmo assim, por uma pesquisa rápida que fiz, mesmo com os 10% do PIB ainda estaremos atrás de países mais pobres que o Brasil, como Botsuana, África do Sul, Cuba, México, Argentina, Chile, Uruguai e Rússia.

Então, é realmente um desafio darmos um salto no financiamento, porque se o problema é dinheiro novo, como alguém perguntou, de fato essa questão do financiamento coloca-se na ordem do dia.

Então, eu gostaria de saber uma opinião concreta em relação ao percentual defendido pelos debatedores e acerca da bandeira da UNE. Na semana passada, caros companheiros professores e servidores da educação, a UNE e a UBES estiveram na Comissão de Educação. Fizeram uma festa conosco e, além da defesa dos 10%, trouxeram a defesa dos 50% do pré-sal. Hoje começam a ser votados os vetos. Um deles relaciona-se com a distribuição dos *royalties* da exploração do petróleo no Brasil. Trabalhamos com a perspectiva do uso dos recursos do Fundo Social. A jazida está lá, a PETROBRAS já chegou a ela e é inexorável a sua exploração. Há quem não acredite que o homem foi à Lua e pense também que não vai chegar ao pré-sal. Vai, sim. Gostaríamos também que 50% do pré-sal fossem destinados à educação. Se construirmos uma unidade nacional em torno disso, vamos fechar a bandeira de financiamento e facilitar a vida do Relator, com quem iremos visitar a equipe econômica do Governo, como fizemos por ocasião da discussão sobre a creche e o piso.

E, por último, quero fazer uma pergunta às duas representações da gestão na esfera municipal, estadual e do Distrito Federal. É uma pergunta concreta sobre o





dinheiro de hoje. Houve uma grande batalha judicial. Eu, a Deputada Fátima Bezerra, o Deputado Angelo Vanhoni e o Deputado Chico Lopes, entre outros, fizemos uma peregrinação no Supremo, junto com pessoas da CNTE, nos revezando. Finalmente decidiu-se que o piso é legal e que há má-fé — infelizmente, eu posso afirmar — de alguns Prefeitos que querem incorporar as gratificações ao piso. Isso não poderá ser feito. *(Palmas.)*

Sabemos qual é a musculatura financeira dos Municípios, conhecemos a desigualdade nacional, mas esta é uma realidade: piso é piso; teto é teto. E o Plano tem uma escada que vai do piso ao teto. *(Palmas.)* Temos de saber qual é a situação econômico-financeira dos Municípios, ouvir a posição franca dos gestores, porque pior do que não receber é ter a ilusão de que se vai receber.

Então, é muito importante a fala sincera para podermos atuar nesse processo da reforma tributária no Brasil com dados concretos, para que possamos a cada dia melhorar a saúde financeira dos Municípios brasileiros. Os Prefeitos não estão aí à toa. A guerra e a crise cambiais nos colocam também nessa situação. Mas a expectativa é de que se pague. A lei é clara, a regra é clara.

Por isso, quero ouvir a opinião dos gestores. No mais, vamos às emendas e vamos fazer um Plano que desta vez não será vetado, porque está sendo elaborado sob a realidade concreta de metas e prioridades. O grande problema, de fato, é de financiamento. Essa será a grande batalha, a meu ver.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - A próxima inscrita é a Deputada Professora Dorinha, a quem concedo a palavra. *(Pausa.)*

Esclareço que fizemos uma inversão na lista de inscritos, vamos dar preferência às mulheres. *(Palmas.)*

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Sr. Presidente, quero parabenizar os expositores. Para nós, Deputados, foram extremamente interessantes as exposições, até porque cada um dos expositores apresentou a sua ótica, mas com um foco comum em relação à necessidade de priorização da educação.

Gostaria de fazer uma indagação mais direcionada, mas todos os que quiserem comentar a pergunta poderão fazê-lo, sobre avaliação. Sabemos que o



IDEB foi um avanço, como foi reconhecido pela Professora Cleusa, pelo Thiago e pelo Leão, mas todos reafirmam a necessidade de termos outros elementos de avaliação. Acho que seria interessante amadurecermos um pouco em relação a esses modelos de avaliação. Uma preocupação nossa é em relação ao monitoramento. Algumas pessoas referiram-se ao papel do fórum como um espaço legítimo para esse acompanhamento, mas acho que no caso de algumas metas seria possível estabelecermos pontos de corte para o monitoramento.

É muito complicado chegarmos daqui a 10 anos e percebermos que não cumprimos as metas ou cumprimos muito pouco delas. Acho que no caso de algumas metas é possível estabelecermos pontos de corte intermediários para termos tempo de fazermos um realinhamento para avançarmos.

Também gostaria de falar sobre a formação de professores. Sei que avaliação docente, Exame Nacional de Conclusão de Curso ou exame de certificação é tema polêmico, mas o fato é que as universidades preparam mal os nossos professores. Os concursos públicos realizados, na sua maioria, principalmente pelas redes municipais, dadas as suas fragilidades, também selecionam mal os professores. Como é que vamos conseguir quebrar essa “caixinha”, principalmente na universidade, que não entende que é prioridade a licenciatura? A pontuação e os salários do Ministério em relação à docência e em relação ao quadro do ensino superior valorizam quem pesquisa, valorizam quem escreve, mas não valorizam quem atua na licenciatura.

Acho que este é um ponto que vamos ter que enfrentar: a chamada autonomia universitária. É uma caixa-preta que precisamos ter coragem de abrir. Pouca gente tem coragem de mexer na universidade, de enfrentar a necessidade de aproximação dela com a educação básica.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de pedir, como está havendo votação nominal no plenário e eu ainda não registrei presença, a V.Exa. que nos disponibilizasse as apresentações e também os contatos de todos, porque, particularmente, sou muito ligado à área de custos. Sou contador, sou auditor, sou professor e gostaria de discutir depois detalhadamente essa questão do financiamento e dos custos. Infelizmente, tenho que ir para o plenário.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Professor Izalci, todas as abordagens e explanações estarão na página da Comissão, serão publicadas na Internet. Todos terão acesso a elas.

Tem a palavra a Deputada Professora Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Gostaria só de responder à pergunta do Daniel sobre notas e diagnóstico, que chegaram hoje ao meu gabinete. Acredito que seja o mesmo material apresentado ontem. São quatro volumes do diagnóstico e algumas notas técnicas.

Na verdade, solicitamos os dados para sabermos a consistência das metas, a possibilidade de cumprimento e a base usada pelo Ministério para apresentar as metas e as estratégias do Plano Nacional. Lógico que isso será disponibilizado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Só para informar, Professora Dorinha, talvez o que o Ministério nos enviou não seja exatamente o diagnóstico, mas uma avaliação da execução nos últimos 10 anos, tomando como base o Plano Nacional votado em 2001.

Então, precisamente, não há diagnóstico. Mas a assessoria da Câmara está compilando todas as informações para apresentar à Comissão, tão logo termine esta abordagem, parecer sobre o documento que o MEC nos mandou.

Mas sei que a V.Exa. foi enviado um CD com nota técnica solicitada por V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Um Plano dessa envergadura não pode ter sido feito de maneira irresponsável e sem se conhecer as bases e os dados. Imagino que algum embasamento deve haver para sabermos de onde saíram e quais são as propostas, além da CONAE. Mas o que recebi será disponibilizado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Vamos publicar toda a documentação que o Ministério da Educação enviar à Comissão Especial.

Quero pedir a gentileza ao Presidente de reassumir a presidência porque a Professora Dorinha abordou um tema que eu gostaria de comentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.



**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Sr. Presidente, vi a abordagem do Daniel e de outras pessoas sobre o sistema de avaliação. Temos uma meta muito clara aqui, a questão do IDEB. E falamos da necessidade de outros indicadores e insumos. Gostaria de saber dos senhores se temos algum diagnóstico, outros indicadores para essa abordagem do ponto de vista sistêmico do Ministério da Educação, dos Municípios e dos Estados, em face da evolução da aprendizagem no País, e o que os senhores estão pensando a respeito desse sistema.

O Novaes abordou o tema central. Se o Plano Nacional não vislumbrar a valorização do centro nervoso do processo educacional, não adianta a escola ter computador, uma biblioteca enorme, ônibus com ar-condicionado para levar os alunos, asfalto na porta, se não tivermos o elemento motivador, que vai transmitir o encanto, aquele que vai despertar a possibilidade da construção do conhecimento, se não tivermos como centro desse processo a valorização do magistério.

Mas precisamos discutir mais o assunto para que os Deputados da Comissão Especial comecem a visualizar como poderemos atingir a valorização do magistério nesse processo. É muito fácil dizer que precisamos de mais verbas para a educação. Precisamos apontar os mecanismos para atingir essa meta, definir como fazer isso de forma compartilhada com Estados, Municípios e União, pôr o dedo onde for necessário com propostas concretas para que possamos saber como perseguir essa meta, que não está muito clara no Plano enviado ao Congresso pelo Governo.

Em relação à qualidade, temos o sistema de avaliação e formação. É um binômio cuja discussão precisa ser um pouco mais aprofundada para podermos pensar em melhorar as propostas com relação à qualidade. E o ponto central é a valorização do magistério. Como alcançá-la? Com o piso? O piso foi dado. Com a correção do piso? Com o FUNDEB ou o custo-aluno? Como vamos fazer isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Solicito aos convidados que guardem essa pergunta do Relator, que deve ser a primeira a ser respondida quando retomarem a palavra.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Barbosa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - O Sr. Relator me contemplou, porque a minha pergunta ia muito no sentido do que o Deputado Angelo Vanhoni



indagou, justamente no sentido de tentarmos aprofundar a discussão do processo de avaliação. Essa Mesa trata da qualidade, mas teremos uma Mesa sobre financiamento. Será quando, de fato, poderemos aprofundar melhor a discussão sobre os recursos necessários para chegarmos onde desejamos.

Em se tratando de qualidade, ficou muito claro que o foco principal é a questão da qualificação do professor, da valorização do magistério, do plano de carreira, que, acredito, é condição consensual. Não se pode falar em qualidade sem se falar em plano de carreira.

No entanto, além dos indicadores que temos — e se questiona se os que aí estão nos atendem realmente —, existem várias formas de avaliação propostas hoje para melhorar a qualidade do ensino. Geralmente, soa como um palavrão para o educador que está na ponta quando um gestor fala em avaliação de qualidade nas escolas.

Então, somando ao que trazem os representantes das organizações, minha pergunta vai mais aos gestores: como vocês percebem o processo de avaliação direto na escola sendo realizado por outros educadores que vão até suas salas de aula e avaliam o processo de prática pedagógica feita no dia a dia e, a partir disso, criam mecanismos e estratégias de apoio a esse educador na busca de novas estratégias educacionais? Principalmente quando se fala de uma escola ampla, inclusiva, onde se tem a possibilidade de trabalhar com diversidade, onde, cada vez mais, percebemos que as escolas precisam desses elementos de acompanhamento constante, permanente para ajudar no dia a dia no planejamento de atividades pedagógicas. Já existe alguma sistematização nesse sentido? Como isso é visto por vocês?

Da mesma forma o processo de formação do professor. A Deputada Professora Dorinha tocou num ponto importantíssimo. Existem críticas de que os cursos de formação e graduação na área de pedagogia estão distantes da prática, são mais politizados e não trabalham realmente técnicas e práticas pedagógicas, e não fazem o professor pensar estratégias que desenvolvam as possibilidades dos alunos.



Então, gostaria que vocês, gestores, também comentassem essa formação. Como vocês estão recebendo os educadores formados por um sistema educacional que hoje tem mais recursos previstos, o próprio ensino superior?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Eduardo Barbosa.

São cinco Deputados inscritos. O nobre Deputado Izalci é o próximo, mas momentaneamente não se encontra presente.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, parabênzo V.Exa. e o nosso Relator por inaugurarmos hoje a sessão de audiências que tratarão dos temas do Plano Nacional de Educação, além da composição da Mesa. E saúdo todos os trabalhadores em educação das redes municipais e estaduais aqui presentes (*palmas*) e os que não estão neste plenário mas nos acompanham pela *TV Câmara*.

Tomo a liberdade — falo, certamente, em nome de todos os Deputados e Deputadas — de dedicar esta sessão de abertura aos pioneiros da educação, que há 79 anos lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação conclamando a sociedade brasileira a abraçar a causa da educação pública de qualidade. São 79 anos desde quando, em 1932, ainda próximo à primeira metade do século passado, os intelectuais da educação brasileira, depois seguidos até recentemente por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, conclamaram o País a construir um sistema nacional de educação pública de qualidade, o que continua por intermédio da nossa militância, da nossa participação no Congresso.

Temos realizado vários debates e vamos realizar outras audiências em que consideramos importante, como ponto de partida, fazer alguns registros para que possamos dar conta da compreensão do momento e do contexto em que estamos discutindo o Plano Nacional de Educação.

Em primeiro lugar, é bom lembrar que acabamos de concluir uma década que deveria ter sido a década de concretização do Plano Nacional de Educação aprovado em 2001. Esse Plano foi objeto, em especial, de um processo de avaliação elaborado pela Consultoria Técnica da Câmara dos Deputados. Aqui está o segundo exemplar, que abrange o período até 2006; o primeiro exemplar foi até o ano de



2004, com dados importantíssimos para todos os que queiram avaliar os avanços e percalços da primeira década do PNE de 2001. Mas é importante lembrar que estamos iniciando a segunda década do séc. XXI, vamos completar 123 anos de República. No período de 1824 a 1988, passamos por várias Constituições, destacando dois processos constituintes com ampla participação da sociedade, especialmente a Constituinte de 86. De lá para cá, construímos os fundamentos para que o Brasil avançasse na educação pública de qualidade.

Se formos observar, a Constituição Federal de 1988 é a espinha dorsal para a definição de princípios, competências, sistemas de financiamento, vinculação e subvinculação que deveriam orientar a ação da União Federal, dos Estados e Municípios, agora que vamos completar 23 anos da Constituição Federal de 1988. E, como se não bastasse a Constituição de 1988, nós também aprovamos a LDB, em 1996, que me parece, pelos debates a que tenho assistido, ser algo que está nas gavetas, porque se desconsideram normas importantíssimas previstas na LDB, de 1996.

Nós aprovamos também a Emenda Constitucional 14, que estabeleceu a primeira subvinculação de recursos, com o FUNDEF, e aprovamos o PNE de 2001. Fazia-se uma crítica ao PNE de 2001, no sentido de que aquele projeto não apresentava metas qualitativas. E a atual proposta, de maneira explícita, só se apresenta com duas metas qualitativas. Falava-se que o PNE de 2001 pecava por ter excesso de metas quantitativas. Se nós formos multiplicar as diretrizes pelo número de metas previstas para o PNE 2011-2020, nós vamos chegar, com as estratégias, a mais de 400 itens, superando o PNE de 2001.

Eu creio que nós temos a responsabilidade de desconstruir mitos que foram feitos para justificar de forma errônea o não atingimento das metas do PNE de 2001 a 2010, mas temos que construir e consolidar os créditos e os avanços. Talvez o maior deles nós possamos dividir em duas emendas constitucionais, a emenda que criou o FUNDEB e a Emenda Constitucional 59, que retirou da educação a famigerada DRU, filha do Fundo Social de Emergência e neta do Fundo de Estabilização Fiscal, criado em 1994.

Nós temos um cenário em que construímos avanços jurídicos e definimos com clareza as competências de cada esfera da Federação. Não há conflito hoje



para sabermos quem tem a responsabilidade de expandir a educação infantil na esfera de zero a 3 anos. Não há conflito para sabermos quem tem a competência de expansão e garantia de qualidade do ensino médio. Esses conflitos e essas dúvidas já foram vencidas desde a Constituição de 1988.

O que importa agora é discutirmos um outro grande mito que se construiu ao longo da década passada, o de que nós não podíamos aplicar os 7% do PIB para a educação, aprovados pelo Congresso em 2001, porque não tínhamos capacidade financeira.

Para aqueles que não tiveram ainda a oportunidade de se debruçar sobre esse aspecto, é preciso lembrar que em 1994, 2 anos antes da LDB, o Brasil carregava uma carga tributária de 24% do PIB. E ela chegou, em 2008, a 38% do PIB. Houve um aumento de 58% na carga tributária, sobretudo com tributos de péssima qualidade, tributos regressivos sobre o consumo e a renda dos assalariados e com a enorme concentração do aumento da arrecadação tributária na esfera da União, através das contribuições sociais, que, à exceção do salário-educação, não foram compartilhadas com Estados e Municípios.

Portanto, para nós limparmos o meio de campo e começarmos o jogo, nós temos que desconstruir o mito de que nós não temos capacidade fiscal nem condição tributária para atingir 10% do PIB para a educação. (*Palmas.*) Isso não é verdade.

Segunda questão: sem prejuízo dos créditos que foram os avanços aqui relacionados e da mudança nos indicadores de matrícula e nos indicadores do IDEB, a qualidade da educação básica brasileira é precária. É precária nas condições de acesso. É precária nas condições de permanência. É precária no processo de gestão. E, se depender das metas apresentadas no projeto, vai continuar. Porque, estranhamente, nas metas apresentadas, não há uma única sequer que aponte um sistema nacional de gestão. Nenhuma. Não há uma meta sequer que aponte para a construção de um sistema nacional de gestão, a exemplo de outros sistemas já existentes no Brasil, como o SUS, como o Sistema Único de Assistência Social, como o Sistema Nacional de Cultura. Antes de nós, já estão sendo aprovados e encaminhados.





E o que é pior: a qualidade do financiamento da educação brasileira é precária. É precária do ponto de vista dos valores que são investidos em relação ao PIB e como percentual da carga tributária. E é precária pela natureza dos impostos. Quem financia os impostos que fazem a receita da educação no Brasil são os assalariados e o consumo das famílias, através do ICMS.

E nós estamos diante de uma situação problemática. Ontem discutiu-se nesta Casa, em um seminário sobre a reforma tributária, proposta de redução das alíquotas do ICMS, até de redução de alíquota de ICMS para importação. Nós vamos voltar ao século XVIII. Vamos virar entreposto de exportação e importação, sem onerar os impostos.

É bom lembrar aos senhores que discutiram essa matéria que o ICMS é o principal imposto de arrecadação tributária e é base fundamental do financiamento da educação. Se alguém quer fazer um agrado aos importadores e aos exportadores, reduzindo o ICMS para 2% até 2020, vai ter que dizer para nós como vão compensar a queda da arrecadação do ICMS nos fundos que financiam a educação no Brasil. Vejam em que contexto nós estamos começando a discutir!

Por fim, eu quero apontar mais alguns detalhes que enfatizam a precariedade dos indicadores da qualidade da educação.

Os indicadores das zonas rurais, para a população que representa os 20% mais pobres, para a população que se autodenomina negra e parda e para a população indígena são muitas vezes mais precários do que as médias nacionais.

Para essas populações localizadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sobretudo nas áreas rurais, o nosso déficit de acesso e qualidade da permanência é muito maior. E a discussão que nós vamos ter que fazer, do meu ponto de vista, preliminarmente, Sr. Presidente, não é com o Ministério da Fazenda.

Nós vamos primeiro buscar, como estamos buscando, nos especialistas em educação, os especialistas que estão discutindo alternativas à política monetária, à política cambial, porque o maior custo dessas políticas, que é arcado em nome do combate à inflação, tem-se dado na transferência do Orçamento Fiscal do Tesouro Nacional para uma elite que vive da renda dos juros da dívida pública.

Eu vou concluir lembrando aos participantes desta audiência e àqueles que nos acompanham: o Orçamento aprovado para 2011 prevê, nada mais, nada



menos, meu caro Presidente da CNTE, companheiro Roberto Leão, 49,15% só para a despesa do Tesouro Nacional com juros e amortização da dívida pública.

Toda a despesa federal com educação, com os principais programas elencados na proposta orçamentária do Ministério da Educação, saúde e todo o PAC de infraestrutura social e urbana levam 123 bilhões de reais. Só o dispêndio com juros da dívida pública leva, pela proposta orçamentária, 169 bilhões de reais.

Antes de conversar com as autoridades do Ministério da Fazenda e do Governo, que eu apoio, eu quero conversar com o Prof. Carlos Lessa, com o Economista Luiz Gonzaga Belluzzo, com o Fernando Ferrari, lá da Federal do Rio Grande do Sul, com o André Nassif, da UNICAMP, com o João Sicsú, do IPEA, que discutem políticas alternativas, para que não sigamos fazendo essa transferência. Esse é grande desafio.

Por que o PNE 2001-2010 ficou pelo meio do caminho? Porque o financiamento da educação foi submetido ao financiamento da dívida pública. E um País que tem a carga tributária que nós temos não pode se dar ao luxo de tirar impostos da sociedade e primeiro enriquecer quem vive da renda dos justos, para, depois, pegar o que sobrar e dividir entre Municípios, Estados e União, para ter educação básica de qualidade.

Esse vai ser o nosso grande embate, e a mobilização social vai ser fundamental para vencemos essa luta. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

O próximo inscrito é o Deputado Lelo Coimbra. Tem S.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Obrigado, Presidente Gastão.

Relator Angelo Vanhoni, torço para que todos nós juntos consigamos chegar a termo com um bom produto. Saúdo e parabenizo os participantes da Mesa.

Eu vou pedir licença à Mesa para fazer uma provocação. Eu sou médico sanitário, fui gestor da saúde pública, fui gestor da educação, da última vez como Vice-Governador do Estado e Secretário de Educação no Espírito Santo. Então, eu falo com alguma experiência.

É lógico que muitos têm mais experiência que eu, ou seletiva ou geral, mas à luz do que eu tenho vivido, inclusive nesses 5 anos de mandato, os quatro da



legislatura passada e este agora, todos eles na Comissão de Educação, eu me permito fazer uma provocação, e não quero que ela seja tomada como pessoal.

Eu acho fantástico que numa Mesa cujo tema é a qualidade da educação, nenhum dos palestrantes discuta que educação queremos. Nenhum! Nenhum dos senhores tratou desse tema.

Nós só tivemos panfleto oral sobre público e privado. Essa discussão é um panfleto oral. Por exemplo, no meu Estado, há uma experiência público-privada muito positiva e que merece ser discutida, que é o aluno da rede, por meritocracia, ter vaga em escola privada, se passa no vestibular, e no programa Bolsa Família. E por meritocracia já levamos alunos aos Estados Unidos para fazerem imersão de 1 ano.

Falar simplesmente sobre público e privado é fazer panfleto para receber aplauso, porque vem junto, logo em seguida.

Quando discutimos as competências — eu ajudei a formar o conceito do SUS —, na área da saúde, o campo de competências ficou muito mais complexo. No campo da educação, é muito mais avançado. O Deputado Paulo Rubem Santiago tem razão. Só que se se transferir a competência do ensino fundamental para o Município, é preciso transferir o valor *per capita*/aluno, e nenhum Governador, nenhum Secretário da Educação quer fazer isso, porque é perda de dinheiro, é perda de poder.

Então, essa discussão é um panfleto, e não uma discussão de conteúdo. Panfleto é falar o que vocês querem ouvir para receber palmas.

Quando chegamos ao financiamento, ele é sempre um problema. Mas na educação, comparativamente à saúde e outros setores, ele avançou muito. O que fazemos com esse dinheiro? Formar para o futuro. O que é formar para o futuro? Não formar apenas para o mercado. É outro panfleto.

Queremos condições de trabalho. É uma discussão objetiva da rede. Defendo que seja ampliado o financiamento. As condições de trabalho precisam ser melhoradas. Em relação ao salário, fui defensor e acompanhei o debate do piso salarial, inclusive com ação contra a ADIN.

Agora, o debate pedagógico, o debate até para avaliar o que queremos, essa discussão é insuficiente.



Quando chegamos à democratização, é outro panfletão. Defendo eleição direta nas escolas, mas se simplesmente se transferir a indicação de um político para uma eleição, sem a qualificação da eleição que se quer, apenas se transfere quem está indicando do político para a força política que está na direção sindical naquele momento.

Então, é importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Peço que seja respeitada a palavra do Deputado Lelo Coimbra, legitimamente no exercício do seu mandato e manifestando a sua opinião.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - É importante. Nós queremos a eleição direta? Queremos. Quem é que vai estar habilitado para se submeter a uma eleição direta? Que critérios de gestão serão precisos? Caso contrário, se oferecerá na escola para se eleger a fragilização da gestão, a fragilização do cumprimento de carga horária, a fragilização de pressupostos da gestão que não qualificam a gestão de quem vai. Acho importantes essas questões.

Estou impressionado — no nosso Estado isso já aconteceu, e em vários locais — com o aumento da carga horária. No nosso Estado aumentou em 1 hora. Não há escola alguma que tenha um padrão homogêneo do que fazer com essa hora a mais. Então, aumentou-se o horário, mas não há um padrão pedagógico discutido e aprofundado para saber o que se faz com essa hora. Aí, cria-se conflito com os professores, porque eles têm uma jornada numa escola pública estadual e em outra municipal e perdem o horário de almoço. Aí cria-se um conflito. O que se aumentou de carga horária no Estado, na semana passada, foi diminuído, em função desse conflito. Agora, o conteúdo pedagógico envolvendo esse horário não há. Se forem a qualquer Estado do Brasil, não existe nem na rede municipal, nem rede estadual padrão homogêneo algum, conceito estabelecido algum para o que fazer pedagogicamente em relação a essa hora de aula.

São reflexões com as quais me deparo. Tenho o maior respeito pelo movimento sindical, sou oriundo dele. Tenho o maior respeito pela democracia, sou oriundo dela. Agora, na democracia, já passamos do tempo de dizer “sim” ou “não”. Nós agora temos de dizer o “sim” e especificar o “sim” que queremos. Já avançamos muito para qualificar cada vez mais e cada vez melhor o “sim” que queremos. E este



é momento. Senão, vamos fazer outro caderninho desse e daqui a 10 anos vamos dizer que ele não foi aplicado porque faltaram financiamento e condições de trabalho. Esses serão os dois pilares que funcionarão como uma crítica ao não cumprimento desse caderninho lá na frente. Nós temos uma grande responsabilidade pelo sistema neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Lelo Coimbra. Tem a palavra o seu vizinho, Deputado Rogério Marinho. É do Espírito Santo, bem pertinho de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, senhores convidados, trabalhadores da educação presentes, Sras. e Srs. Deputados, ao invés de fazer perguntas, na verdade vou fazer uma pequena reflexão tanto para os senhores, que estão acompanhando o plano e têm interesses legítimos pelas reuniões que foram feitas na Conferência Nacional da Educação — CONAE, pelo trabalho, pela campanha que a Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE realizou, apresentando inclusive uma série de sugestões de emendas ao plano que o Governo propõe, como ao nosso Relator, que tem uma grande responsabilidade, mas certamente está à altura dela, e todos nós estamos aqui para ajudá-lo.

Essa foi uma luta estabelecida — o Relator sabe disso — no início dos trabalhos da Comissão de Educação, quando nosso partido propôs esta Comissão Especial, apoiado por tantos companheiros, resultando nessa abertura, na democratização da formatação desse plano, com o qual certamente todos nós queremos contribuir.

Nossa reflexão vai mais na linha de raciocínio do Deputado Lelo Coimbra, quando S.Exa. diz onde queremos chegar, que tipo de educação queremos para nosso País. Isso muito mais como resultado. E aí vamos discutir os métodos para chegarmos aos resultados que queremos para daqui a 10 anos.

É evidente que todos nós estamos fragilizados na discussão, porque até agora não foi apresentado o diagnóstico por parte do Governo, que evidentemente tem todos os instrumentos e deve ter feito o acompanhamento das metas propostas há 10 anos.



O diagnóstico é importante porque é o nosso ponto de nossa partida para verificamos o que aconteceu e, a partir daí, sabermos aonde queremos chegar, inclusive aprovando propostas na Comissão de Educação, para que o Governo, por meio do Ministério da Educação, faça a apresentação desse diagnóstico.

A questão dos indicadores é a primeira reflexão. Nós temos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB, em que se tem a proficiência, ou seja, a qualidade do ensino com outros elementos, como evasão, repetência, abandono, etc. E, na hora em que se começa a querer comparar esse IDEB com os índices internacionais, como, por exemplo, o teste Pisa — Programme for International Student Assessment, de que se falou há pouco, nós temos uma certa dificuldade, porque internacionalmente se mede a qualidade do ensino. Ou seja, o resultado na sala de aula, o aprendizado, o que o aluno conseguiu introspectar depois de um determinado período de aprendizagem.

Tínhamos e temos ainda indicadores que infelizmente não estão sendo publicados na frequência e na condição que existiam anteriormente, que é o próprio Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB e a Prova Brasil, um índice histórico. O próprio Governo Federal continua a aplicá-lo, mas ele hoje mistura esses índices com o IDEB, e nós não temos muita clareza sobre o que está acontecendo na educação pública brasileira, notadamente em razão de uma série histórica, porque o País é o mesmo. Nós estamos no Brasil. E nós temos a possibilidade de fazer o acompanhamento dos últimos 10, 12, 14 anos com os índices que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP já tem, os quais, infelizmente, de algum tempo para cá, temos tido dificuldade de acompanhar.

Então, acho que seria uma contribuição que poderíamos dar, dentro da própria discussão do plano, de estabelecermos mecanismos para que esses índices voltem a ser publicados. Porque é muito importante termos o resultado de um esforço que é de todos nós, o esforço do Governo e da sociedade para se chegar à educação que queremos.

Há uma outra questão de fundo que considero essencial — a professora Dorinha falou a respeito, assim como outros que me antecederam e os próprios palestrantes —, que são os currículos oferecidos pelas nossas universidades na



formação dos professores. Quase 90% desses currículos não se debruçam sobre metodologia de ensino. E o fato objetivo é que o professor, ao sair da universidade, vai aprender fazendo, e as cobaias, infelizmente, são os alunos, os filhos da maioria da sociedade brasileira, que vão se inscrever e ou se matricular nas escolas públicas, porque há uma inversão perversa desde a reforma de 1969, com a universalização do ensino.

Antes, a escola pública era uma escola de qualidade. Quando se fala na valorização do professor, lembro que em toda família brasileira havia um funcionário do Banco do Brasil ou um professor entre seus integrantes, porque eram profissões respeitadas. A escola pública era uma escola de qualidade. Existia o exame de admissão na época — aqueles que têm cabelos brancos devem estar lembrados, que é o caso do Presidente Gastão Vieira. Quando terminávamos os 4 primeiros anos do ensino primário, fazíamos um teste de admissão para ir para o ginásio. Quem conseguisse passar nesse exame de admissão ia para uma escola pública de qualidade. Quem não conseguisse ia para uma escola privada sem qualidade chamada PP, Pagou Passou.

Com a reforma de 1969 e o começo da universalização do ensino no Brasil como uma ação de Governo... Aliás, todos os países do mundo passaram em algum momento por esse processo, mas nós estamos nesse processo há quase 40 anos, e o processo de universalização não está sendo casado com o processo da qualidade.

O que temos discutir é se queremos um aluno que entre na escola e saia sabendo, qualificando-se, um aluno que consiga completar o ciclo da sua educação sem distorção idade/série, sem dificuldade de aprendizado, conhecendo, quando terminar o primeiro ciclo do ensino fundamental, as quatro operações, entendendo, de forma adequada, um texto de 10, 15 linhas, que parece uma coisa tão inocente, tão objetiva, tão óbvia.

Acho que esse “feijão com arroz”, se você me permite, é o grande objetivo que temos que ter pela frente. Há várias opiniões diferentes quanto ao método para se atingir isso, que é o que vamos discutir no âmbito do próprio plano. Agora, não podemos fugir da questão da responsabilização coletiva.

Fico muito preocupado quando vejo o discurso: *“Olha, não podemos prever ou medir qualidade porque temos de levar em consideração também que estão*



*faltando banheiros*”. Tudo bem, está faltando banheiro, mas quero saber se a criança está aprendendo, porque o método de alfabetização que o professor está utilizando é o correto. Aliás, esta é outra discussão: que método de alfabetização deveríamos ter no Brasil? Qual o método de alfabetização que dá certo no mundo, sem querer inventar?

Hoje, há uma tendência forte do construtivismo, mas, em âmbito mundial, o que dá certo, pelo próprio teste PISA, não é o construtivismo, mas o método fônico. Então, são discussões que precisamos travar, porque ou nós tiramos esses gargalos ou a educação, infelizmente, não vai ser a educação que queremos para o futuro.

Temos, companheiros, um ensino médio — não poderia me furtar de falar a respeito — desinteressante, arcaico, ultrapassado. Diria até um ensino médio que não tem nada a ver com a nossa realidade, nem com a de qualquer país do mundo. Nós fingimos que ensinamos os alunos no ensino médio, universal e enciclopédico, que tem mais de 90% das matrículas, que prepara para a universidade em que poucos chegarão, e eles fingem que aprendem, porque nossas academias não têm condição de formar, na quantidade adequada, professores de Física, de Química, de Biologia, de Matemática, de Inglês. Nós não temos condições. As academias não estão preparadas para as demandas existentes, onde há uma evasão de mais de 50%. Imaginem se não houvesse essa evasão, se todos que entrassem na 1ª série do ensino fundamental estivesse sem distorção em idade/série fazendo o ensino médio no Brasil. Aí é que veríamos o que é a deficiência e a falta de professores que o MEC estima, se não me engano, em mais de 200 mil professores nesse ciclo do ensino.

Nós precisamos ter a coragem, por exemplo, de enfrentar a necessidade de diversificação. Se apresentarmos um quadro em que há o valor ou o custo *per capita* no ensino federal, verificaremos que o ensino técnico federal hoje representa 1% das matrículas do ensino médio. É importante que os trabalhadores da educação notem esse dado, 1%, com todo o aumento que o Governo Federal fez. Ou seja, é uma oportunidade para uma pequena elite.

E vejam que há uma outra distorção: quem entra normalmente no ensino técnico federal não entra para ser técnico, entra para ir para a universidade. Então, o Brasil termina dispersando esforços, porque está investindo em técnicos de





qualidade, com educação de qualidade, bons professores, bem remunerados, com boa estrutura. E eles não vão ser técnicos, não vão para o mercado de trabalho. A maioria deles vai para a universidade, porque o currículo que é dado nos ensinos técnicos é integrado. Essa é outra discussão que temos de enfrentar. Se temos poucos recursos, precisamos aplicá-los de forma adequada.

No mais, depois de tanta reflexão, quero dizer que, evidentemente, o companheiro Lelo, que foi Secretário de Educação e sentiu na pele a realidade da gestão, falou com muita propriedade a respeito de um tema que me parece ser muito caro para a CNTE e para todos nós da educação: a gestão democrática.

Nós todos concordamos, Sr. Presidente, com a gestão democrática, agora, a exemplo do Deputado Lelo, acho que temos de ter critérios nessa gestão democrática. Porque ou se regula essa gestão, apresentando conceitos e condições para a pessoa poder se diretora de uma escola, ou seja, a pessoa submete-se a um curso de gestão escolar, com tantas horas, é estabelecido um contrato de gestão com a comunidade escolar, com o gestor público, com metas a serem cumpridas, ou realmente essa gestão democrática vai terminar revertendo-se contra a questão educacional como um todo.

Nós pedimos até vênias pela nossa reflexão, mas é no que nós acreditamos.

Por último, falo sobre o financiamento, para encerrar, Presidente e Relator, porque eu falei muito. Quem conhece profundamente a questão do financiamento é o companheiro Paulo Rubem Santiago, que fala com muita propriedade a respeito de orçamento.

Antes de aumentarmos o Produto Interno Bruto da educação, aliás nós trabalharemos para que seja aumentado o percentual do PIB que está sendo disposto para a educação, nós temos de fazer *pari passu* um trabalho para que a qualidade do gasto desse recurso seja de tal forma que haja legitimidade por parte da sociedade. Mais recursos, mas com qualidade na aplicação deles.

E aí vem a questão dos controles que a sociedade tem de exercer de forma adequada para que possamos ter esse discurso e ressonância, com o apoio da população brasileira como um todo.

Esse é o caminho.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Rogério Marinho.

Próximo inscrito, Deputado Chico Lopes. S.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Quero parabenizar o nosso Presidente, nosso Relator e toda a Mesa.

Esta é uma oportunidade de ouro, rica. E por quê? Infelizmente ou felizmente, sou originário do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, sou ex-aluno, inspetor e professor. Trabalhei na escola privada, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, colégio importante e religioso. No Colégio 15 de Novembro, trabalhei pouco tempo, 25 anos. Trabalhei em outros colégios. Tenho 43 anos de trabalho em rede oficial do Estado do Ceará.

Companheiros, professoras e professores, eu fui a congresso da CPP de avião e fiquei em hotel três estrelas, há muito tempo. Hoje, no Ceará, vai-se a congresso de ônibus, com ajuda de custo do sindicato, porque não há ninguém para ir. Preciso explicar mais?

Brasília tem 2 mil lugares para professores e é onde se paga menos mal no Brasil. E por que ninguém quer correr para lá? Um advogado formado faz concurso e vai ganhar 24.500 reais. Querem mais alguma coisa?

Acho que este momento é rico. Quem tem ideias brilhantes e encontra todos os defeitos no professor as apresente. Eu nunca vi uma Mesa tão democrática como esta que nós estamos vendo agora. Apresente seu plano de modificação, apresente os erros que estão na educação, que eu também quero apresentá-los.

Todos sabem que eu quero ir para o financiamento. Existe um bicho chamado dinheiro que é horrível, leva a pessoa para o inferno, mas leva para o céu também. Por isso eu quero ficar na Comissão do Rubem.

Sou pedagogo em Cococi, no Ceará, eu sou professor do mesmo jeito em Brasília, só que lá eu sou obrigado a ganhar 600 reais, porque tive a infelicidade de me formar e trabalhar na área. A minha formação superior é diferente da formação de alguém do Rio Grande do Sul?

Alguém tem de ser responsável, e é o Governo Federal. *(Palmas.)* Educação é direito do povo e dever do Estado. Eu não estou preocupado com educação privada, que essa vai muito bem, obrigado. *(Palmas.)* Eu vim para cá ser Deputado,



e ganho atualmente, após 43 anos de trabalho, com mestrado, isso e aquilo, 2.800 reais do Estado do Ceará.

Minha filha veio estudar no Galois, há 4 anos: 1.300 reais. Eu iria colocá-la quando? Quando?

Essa discussão não é necessária. Nós podemos ter uma educação de qualidade pública sem nos preocupar. Vai para escola privada quem pode e deve deixar a vaga para aqueles que realmente a querem. O Governo tem de oferecer vaga para quem quer e para quem pode. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, estou louco para que o Rubem faça essa reunião, mas parece que ele está com raiva do neguinho do Ceará. Dinheiro existe, não existe é política para aplicá-lo. Também não se pode colocá-lo no Município, porque alguns Prefeitos não levam a sério a educação e querem fazer de nós cabos eleitorais em época de eleição. *(Palmas.)*

Terminando, porque não sou latifundiário da palavra, estou ao lado dos que queiram trabalhar.

O pré-sal não pode ser do Rio de Janeiro, tem de ser do Brasil. Os *royalties* têm de ser para o País. Portanto, eu estou nessa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Paulo Rubem, tem de fazer a reunião da Comissão de Financiamento. O Deputado Chico Lopes está ansioso.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - De cearense para cearense, com a palavra o Deputado José Linhares.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Deputado José Linhares, vou só informar que, após a conclusão das falas, nós vamos fazer um comunicado sobre a disponibilidade de horário. Às terças e quartas-feiras, nós estamos consultando os Deputados sobre a disponibilidade de horário, para que nos encontremos na sala da Comissão e iniciemos a estratégia de ouvir os especialistas, as entidades sobre o tema de financiamento, que vai ser objeto de uma próxima audiência, para o Deputado Chico Lopes não se aperrear.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, parabênizo V.Exas. e toda a Mesa. Comecei a ter saudade do tempo



em que eu ficava na sala de aula. Prof. Mozart, quero dirigir-me ao senhor diretamente, depois farei as perguntas.

Fui diretor e reitor de universidade. Quando eu era reitor de universidade, o meu curso de pedagogia tinha 60 alunos. Vez por outra, sou chamado a fazer uma palestra que apelidam de palestra magna. A última vez que eu entrei no meu curso de pedagogia, eu encontrei seis alunos. Notei uma evasão que eu chamaria de alarmante. Ninguém mais quer ser professor.

Eu fui diretor de colégio primário até ser reitor de universidade. O meu colégio é conhecido na região, é particular, um colégio diocesano, eu sou padre. Nós conseguíamos colocar, sem essa história de cursinho, 96% dos alunos na universidade. Hoje a fábrica de cursinhos ensinam os “bizus”. Existe esse nome bonito — “bizu” —, e não sei de onde vem essa palavra.

Eu diria que temos de levar estímulo, começando por todos esses trabalhadores da educação que aqui estão. Eu acho que o professor ainda continua sendo o grande sacrificado no cenário histórico do Brasil.

O pessoal pode me dizer que o professor foi para educação porque quis, mas ele pode ter ido também por vocação, por dedicação, por amor, por patriotismo e por achar, como eu achei ao tempo em que ensinava, que era uma contribuição que eu, cidadão, dava para a minha pátria.

Então, eu queria que o senhor não deixasse seus alunos esmorecerem. Porque nós estamos hoje diante de um cenário, para mim, terrível. Nós não temos mais professor de Física, de Química, de Matemática e de Biologia. O último professor de Física que foi realmente aprovado, vai ganhar 600 reais para dar 20 horas/aula. Ele não vai aceitar.

Então, eu diria que, em primeiro lugar, nós temos de estimular os professores. Os professores têm de ser estimulados, não só financeiramente, mas também pedagogicamente. Temos de valorizar o ego do professor, e ele tem de ter um lugar social destinado especialmente a ele. *(Palmas.)*

Na minha terra o professor era convidado para todas as festas e tinha um lugar privilegiado. E, por isso mesmo, ela hoje tem quatro universidades e tem um ensino relativamente bem conceituado no universo brasileiro.



Eu estava olhando o Daniel e me lembrei do seguinte: Daniel, se você pudesse mandar aqueles dados, eles são muito importantes para nós. Mas eu quero falar com o Leão. Leão, eu quero me deter na gestão democrática. À época eu consegui, tanto na universidade, como também na escola — naquele tempo a minha escola era primária, ginásial e científico —, que os pais e a comunidade fossem à escola. Então, você falou do controle social, que só pode existir gestão democrática com algum controle. Controle não só do aluno, mas, sobretudo, do professor e da escola como um todo. Aliás, achei tristíssima a última reportagem colocada no ar pela Rede Globo sobre o problema da merenda escolar, e nos envergonhou, a nós legisladores e a nós brasileiros, ver o desprezo com que fomos tratados.

Eu lhe perguntaria: além desse controle social da reunião de pais e mestres e do convite para as autoridades visitarem a escola, que outros controles sociais você sugeriria que admitíssemos para que pudéssemos estimular a gestão democrática da escola?

No tempo em que eu era professor, inclusive da universidade, nós fazíamos o que chamamos teste de supervisão, que não tinha como finalidade examinar o aluno. Eu queria saber se aquela unidade que estava programada tinha sido assimilada, e criávamos aqueles critérios, até 5, até 7 e acima de 7 o professor estava ajudando demais os alunos. Isso tinha um resultado muito efetivo, porque os alunos tinham repetidas as unidades que não eram assimiladas. Isso é também como gestão e como insumo para que possamos modificar a relação da qualidade da escola.

Estou notando aqui que estão chamando, parece que teremos neste momento verificação de *quorum*. Então, eu diria, parabéns a vocês, parabéns a todos os trabalhadores pelo belíssimo trabalho.

Deputado Angelo Vanhoni, vamos continuar com esses nossos encontros. O nosso Rubem, eu sempre cito isso, diz que ele é como um vidro de remédio, só agitando é que presta o remédio. E ele agita bastante. Parabéns a vocês e, se ainda houver tempo, gostaria que você nos ajudasse em outros controles sociais que pudéssemos ter. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Nós temos um problema a ser compartilhado por todos. O Dr. Mozart, por motivo de horário de voo



estabelecido pelo aeroporto, pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERO, pela companhia, tem que se ausentar; o Prof. Leão também terá de se ausentar por um tempo, e nós temos de entregar este plenário daqui a 20 minutos. Então, a minha sugestão é a seguinte: nós já ouvimos quase 20 Deputados, ou melhor, 15, fazendo questionamentos para os palestrantes. Temos inscritos ainda os Deputados Newton Lima, Artur Bruno, Alfredo Kaefer...

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Estou na frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - ... e a Deputada Fátima Bezerra.

Minha sugestão é a seguinte: se não limitarmos o tempo para os Srs. Deputados — e eu vou ser rigoroso —, não poderemos ouvir nenhum dos palestrantes responder a qualquer pergunta feita aqui.

Então, eu peço compreensão aos Srs. Deputados no sentido de que façam perguntas. Nós vamos ter mais 35 audiências públicas na Câmara dos Deputados. Se forem feitas perguntas objetivas, nós vamos poder ouvir a professora — que está querendo responder a algumas questões —, o Leão e o Daniel, que ainda tem algumas questões a apresentar. O Thiago, do Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED, também por problemas de voo, já teve de ir. Então, eu passo a palavra ao Deputado Artur Bruno.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Sr. Relator, eu quero parabenizá-lo pela condução, inclusive proponho que essa sistemática se estenda às próximas audiências públicas. Afinal de contas, a Mesa é formada pelos convidados e não pelos Deputados, e o tempo tem que ser muito mais restrito do que o destinado aos membros da Mesa. Eu o parabenizo, Sr. Relator.

Eu farei perguntas. O tema de nossa audiência pública é qualidade. Evidentemente, qualidade tem tudo a ver com financiamento, qualidade tem tudo a ver com condição de trabalho e remuneração dos trabalhadores em educação. Lamentavelmente, não ouvi a primeira exposição porque eu estava falando sobre Plano Nacional de Educação, Sr. Relator, no encontro da CONFETAM — Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal. Por isso cheguei atrasado.



Aproveito para convidar os colegas Parlamentares para participarem amanhã da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público Municipal, que será realizada às 9 horas, no Auditório Freitas Nobre.

Agora, as perguntas. Vários colegas Parlamentares se referiram à formação de professores. Eu perguntaria aos membros da Mesa se não está na hora de a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME, de o Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED, de a própria Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE intervirem politicamente para que haja efetivamente formação de professores, porque eu concordo com a crítica. Eu sou professor há 32 anos e concordo com a crítica...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Deputado Artur Bruno...

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Concluindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Não é para V.Exa. concluir.

Eu só peço aos nossos queridos convidados e Prefeitos que estão nos visitando e acompanhando esta audiência pública do Plano Nacional de Educação... Estamos quase terminando a audiência pública. Então, que pudéssemos fazer silêncio para ouvir o Deputado Artur Bruno, que tem perguntas a fazer. Há mais dois Deputados inscritos e posteriormente vamos passar a palavra ao Daniel.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Muito bem. Concordo com a crítica sobretudo em relação a alfabetizadores. Nós criamos o Comitê Cearense pela Erradicação do Analfabetismo Escolar, porque 40% das crianças com 8 anos de idade não sabiam ler nem escrever na rede pública do Estado do Ceará. Um escândalo! Então, nós precisamos formar alfabetizadores. Qual é a posição sobre essa questão?

Segundo: como disse, qualidade tem muito a ver com remuneração e condição de trabalho. Há uma meta muito interessante no Plano Nacional de Educação — PNE. Das 20 metas, 6 estão diretamente relacionadas a trabalhadores em educação. Uma delas diz que chegaremos a 2020 com remuneração aproximada a de profissionais do mesmo nível do professor. Inclusive, a nossa consultoria nos deu um dado interessante: a média salarial de profissionais de nível superior hoje no Brasil seria de 2.500 reais e o professor de nível superior estaria



com média salarial de 1.600 reais. Então, a meta é aproximar. Eu acho até que não se deveria aproximar, mas chegar ao valor, mas eu gostaria que vocês se referissem a isso.

Eu creio que a questão da gestão democrática é central. O PNE traz a interessante meta de que chegaremos a 2020 com critérios técnicos ou... No Ceará, na rede estadual, há os dois critérios. Há o critério técnico — há provas, análise de títulos — e depois uma eleição. O que não pode mais ocorrer, e aí eu espero que a UNDIME e, sobretudo, a CONSED, trabalhem politicamente com seus gestores, é o velho QI, o quem indica, essa indicação política que só deturpa a qualidade da educação, pois muitas vezes não há compromisso de pessoas indicadas apenas pelo critério político. Eu gostaria de saber o que está sendo feito por essas duas entidades, se elas aprovam essa meta, se têm compromisso com essa meta, e o que poderíamos realmente modificar.

Finalmente, eu gostaria de tratar do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Já vi alguém querer retirar o IDEB da meta. Eu acho que o IDEB é um avanço, apesar de ser um avanço limitado. Nós temos de criar na educação básica algo semelhante ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES. Nós temos de ter um sistema de avaliação do ensino básico onde o IDEB seja um elemento importante. Mas temos de acrescentar outros. Que outros poderíamos acrescentar? É a pergunta que deixo para os senhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Agora ouviremos a Deputada Fátima Bezerra.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, rapidamente eu saúdo os companheiros da Mesa, os colegas professores, os trabalhadores em educação e mandar um abraço, por meio do telão, aos que estão no Auditório Nereu Ramos.

Deputado Vanhoni, tenho três questões a fazer, muito rapidamente, tanto para a Profa. Cleusa como para Daniel e para o Prof. Leão, o meu presidente, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Com relação à Meta 19, gostaria que os três pudessem discorrer um pouco mais. A meu juízo, a meta é muito evasiva, muito vaga: *“Garantir, mediante lei*





*específica aprovada no âmbito dos Estados, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar”.*

Esse é um tema recorrente. Há muito tempo a comunidade educacional luta para ter um procedimento que garanta realmente uma gestão democrática, plena e verdadeira nas escolas das redes estaduais e municipais. É fato que nós temos de nos preocupar com a questão da formação, da capacitação, mas eu pessoalmente acho que esse critério sozinho não é suficiente. Nós temos de levar em consideração o preparo, a liderança, a habilidade. E é fato que, tanto no texto constitucional quanto do texto da LDB, não temos uma norma muito clara no que diz respeito à questão, por exemplo, do procedimento de que os diretores e diretoras de ensino devem passar pelo crivo da comunidade escolar, Prof. Cleusa. Os senhores sabem o conflito que isso gera pelo País afora.

A outra questão é a meta do piso salarial, meu querido professor Vanhoni. Se a Meta 19 é evasiva, a do piso salarial, mais ainda: *“Meta 17. Valorizar o magistério público da Educação Básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional (...)”*

Por que aproximar? Por que não a palavra “equivalente”? O professor de nível superior não teria o direito de ter o mesmo padrão salarial que têm os demais profissionais de nível superior?

Por fim, Daniel, a meta do financiamento. Digo sempre que o projeto que está nesta Casa é bom. Por que ele é bom? Porque nasceu da nossa luta. Ele é bom porque os professores, os gestores, vários segmentos da comunidade educacional participaram da sua elaboração por intermédio de conferências... Agora, é fato também que ele precisa ser melhorado, que ele precisa ser aperfeiçoado. É fato que ele tem lacunas e fragilidades, e o papel do Congresso Nacional é exatamente este: fazer o debate novamente e fazer os ajustes, ou seja, tentar compatibilizar o que saiu da sociedade civil, Prof. Leão, e o projeto que o Governo enviou a esta Casa.

O senhores mesmos têm apresentado aqui que há muitas propostas que saíram da Conferência Nacional de Educação e que não estão no Plano Nacional de Educação. O financiamento é uma delas. A CONAE deliberou que fosse de 10%, e o projeto estabelece 7%. E nós sabemos que, não obstante ser a vigésima meta, é a



meta principal, é a meta âncora. Nós teremos um PNE mais ousado se fizermos a conta do financiamento, Profa. Cleusa. E não é pouca coisa, em 10 anos, este País responder à dívida que o Estado brasileiro tem para com a educação das nossas crianças, dos jovens e adultos. Infelizmente, no mapa da exclusão educacional, verifica-se que a dívida vai da creche ao ensino superior. Ora, para isso é preciso dinheiro. Por isso eu tenho dito que, na medida em que nós vamos alterar essas metas, torná-las mais ousadas, é necessário também tornamos mais ousado o financiamento da educação.

Eu aproveito para parabenizar o movimento dos gestores e o movimento das entidades por pautar o debate sobre os 10% para a educação.

Gostaria de dizer, Prof. Leão, que o debate da valorização é muito caro a todos nós. Não se trata de debate corporativista, não, mas de debate de fundo, um debate que tem tudo a ver com o tema que nós estamos discutindo hoje, que é a qualidade social da educação. Nós tínhamos de aproveitar esta oportunidade para ter, de fato, um patamar salarial: salário, carreira e formação atrativos para que possamos, aí, sim, avançar em busca da qualidade social. Nós estamos aqui com o trabalho da frente parlamentar em defesa do piso salarial, que queremos fazer junto com vocês. Depois da vitória no Supremo Tribunal Federal de declarar constitucional a nossa lei, vamos fazer agora o trabalho de implementação do piso, porque, infelizmente, o piso continua sendo desrespeitado pelo País afora.

Não digo isso com alegria, muito pelo contrário, mas no meu Estado, o Rio Grande do Norte, meus colegas professores estão em greve porque o Estado do Rio Grande do Norte paga hoje piso salarial de 635 reais, enquanto o piso salarial do MEC já é de 1.187 reais.

Eu comungo com vocês, Leão. E todo esforço tem de ser feito para que o PNE seja aprovado ainda neste ano. Em 2011 tem de começar a década da educação.

Na qualidade de membro desta Comissão Especial e de Presidente da Comissão de Educação e Cultura renovo aqui o nosso compromisso de, em parceria com a Comissão Especial, fazer todo empenho e todo o esforço para aprovarmos um PNE à altura dos desafios da educação do nosso tempo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Antes de o Deputado Alfredo Kaefer falar, eu vou ser obrigado a conceder... Nós temos poucos minutos, e o Deputado Alfredo Kaefer é o último inscrito. É pergunta e é rápido, Deputado?

Mais uma vez, prometo que, nas próximas audiências públicas, nós vamos aprovar uma metodologia na Comissão Especial, porque é muito mais interessante ouvirmos. Porque nós, Deputados, gostamos muito de falar. Então, falamos, falamos, falamos, mas precisamos é de ouvir o que o pessoal vem aqui dizer sobre o Plano.

Então, Alfredo Kaefer, é rápido? Eu faço um apelo carinhosamente.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Deputado, com a sua permissão, eu fiquei aguardando pacientemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa. tem a palavra. Pode começar a fazer a sua pergunta.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Sou dedicado ao tema, não integrante da Comissão Especial, mas eu quero contribuir. Dentro das minhas considerações, vou fazer perguntas.

Penso que nós, brasileiros, temos de definir, em um plano de educação, primeiro, o que nós queremos e o que nós precisamos. E aí ponho até um pouco da minha veia de administrador, contabilista, empresário: é assim na iniciativa privada. E podemos aplicar isto em qualquer projeto: o que nós queremos e o que precisamos primeiro e como vamos fazer.

Do que nós precisamos: formar alunos qualificados para termos cidadãos completos, porque no dia em que tivermos isso vamos gastar menos com segurança, com saúde e por aí afora.

Eu considero imprescindível, em um plano, nós atacarmos algumas coisas, Deputado Angelo Vanhoni: primeiro, a universalização da educação pré-escolar infantil; educação em tempo integral, na sequência; e o ensino médio técnico e profissionalizante.

Quanto ao ensino superior, eu sou crítico da plena educação gratuita para o ensino superior. Eu sou favorável ao pleno financiamento, a mecanismos de toda ordem para financiar os estudantes que fazem o curso superior. Mas para isso temos que quebrar alguns mitos. Por exemplo, o ensino público tem que ser



qualificado, mas nós temos de estimular a iniciativa privada. Quanto mais ela prosperar, quanto mais alunos ela puder assimilar, mais espaço haverá e menos recursos serão exigidos do Poder Público.

Cito o exemplo de algumas coisas que nós deveríamos colocar neste Plano Nacional que vai dar as diretrizes para os próximos 10 anos. Financiamento público pleno do Estado não só para o ensino superior, mas também para o ensino médio e, por que não, para o fundamental? Quem sabe por aluno? Se um pai de aluno tiver uma bolsa de financiamento para colocar seu filho em uma escola privada por 10 anos e puder pagar isso a longuíssimo prazo, certamente, ele vai colocá-lo na escola particular.

O ensino básico, na minha ideia, deveria ser todo transferido para os Municípios. É evidente que, também, os respectivos recursos. Não é possível que ele banque isso com o desequilíbrio total que nós temos de recursos: 65% de tudo que se arrecada fica com o Governo Federal e, de 15% a 17% apenas, com os Municípios.

Recursos obrigatórios constitucionais. Eu quero lembrar que participei da discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição da Educação em Tempo Integral, e nós a aprovamos. Ela está pronta para ir a plenário, foi definida na legislatura passada e deveria fazer parte do Plano Nacional de Educação.

Há alguns outros mitos que nós não conseguimos quebrar. E aí falo de novo da iniciativa privada, Deputado Angelo Vanhoni. Na minha cidade, com 300 mil habitantes, vejo que o conceito é o de que toda escolinha de educação pré-escolar tem de ser do próprio Município. E não é diferente com as escolas municipais no ciclo seguinte.

Por que não podemos alugar instalações? Por que não podemos envolver os próprios professores no processo e assim por diante? Deixo esses questionamentos aos participantes.

Queria dar um depoimento sobre a discussão da democracia nas escolas. Tive o privilégio de levar os meus três filhos, que hoje são adultos, para estudarem nos Estados Unidos durante 1 ano. Em um país avançado como aquele...

Já estou concluindo, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Alfredo Kaefer, o Parlamentar que reservou este auditório está com 80 pessoas lá fora esperando. Portanto temos de liberar este espaço.

Peço a V.Exa. que conclua, senão a Mesa sequer vai poder fazer a despedida, porque terei de suspender os trabalhos imediatamente.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Só quero deixar o depoimento de que nos Estados Unidos os diretores, em geral, não são escolhidos única ou principalmente pelos próprios integrantes.

Corroboro o que foi dito pelo Deputado Lelo Coimbra: a forma é diferente. Normalmente, é a comunidade, são os pais de alunos que escolhem dirigentes, reitores e diretores.

Tenho muitas considerações, mas deixo para fazê-las em outra audiência.

Obrigado, Presidente Gastão Vieira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado.

Precisamos concluir os debates porque as pessoas estão lá fora esperando.

Vou conceder, rigorosamente, 3 minutos para cada convidado, começando pelo Roberto Leão, que tem uma audiência no MEC e precisa se retirar. S.Sa. tem a palavra.

**O SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO** - Tenho uma audiência às 18 horas. Lamento que seja muito rápido, porque precisaríamos discutir mais.

Deputado, eu abordei a questão da escola e disse qual a qualidade que queremos. Quando me referi à qualidade, manifestei uma visão de qual é a escola que queremos. Isso ficou claro quando eu disse que a qualidade socialmente referenciada é a que tem a pessoa humana como centro.

Não fui panfletário quando abordei a questão do mercado de trabalho. (*Palmas.*) Não concordo, efetivamente, que escola sirva para formar mão de obra para mercado de trabalho, inclusive mão de obra barata. É um erro.

Nunca disse também que gestão democrática — deixei isso claro — é simplesmente eleger diretor de escola. Aliás, eu disse o contrário: que eleição democrática não era simplesmente eleição direta, mas muito mais. Inclusive incorporo coisas que o Deputado José Linhares abordou quando disse que, na



gestão democrática, é importante a participação dos pais, da comunidade no debate político-pedagógico da escola. Isso é importante na gestão democrática.

Então, não fiz discurso panfletário aqui. O meu discurso tem fundamentação. Eu defendo isso. Apresentei aqui uma proposta de visão de escola muito clara.

Inclusive, acho que o senhor teve um mérito muito importante, quando eu disse que qualidade é conceito e disputa. Nós estamos disputando um conceito de qualidade, inclusive com o senhor, o que é legítimo e democrático. *(Muito bem. Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO** - Pretendo voltar aqui outra vez para concluir a discussão. Inclusive, concordo com muita coisa que foi dita sobre formação. Ela é fundamental. Os professores estão malformados, sim. É preciso que o Governo tenha uma ação firme numa proposta, como começou a ter, de formação dos professores, para que não entremos na roda-viva de que professor é malformado.

Por fim, avaliação com caráter pedagógico, não pura e simplesmente para ranquear professor e substituir política salarial, dando bônus e gratificação. *(Palmas.)*

Desculpem-me. Era só isso.

Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Agradeço-lhe também.

Daniel, V.Sa. tem 2 minutos.

**O SR. DANIEL CARA** - Bom, rapidamente, Deputado Lelo Coimbra, acho que a sua ponderação foi importante e franca, mas é importante saber que toda bibliografia internacional aponta três elementos fundamentais para a qualidade da educação: valorização dos profissionais da educação; financiamento da educação e gestão democrática. Toda bibliografia internacional segue essa linha. A avaliação, inclusive, Deputado Angelo Vanhoni, é subordinada à perspectiva de gestão porque serve para melhorar a gestão do ensino a partir da sociedade e do próprio desempenho dos gestores.



Nesse sentido, o IDEB não é um indicador de qualidade, mas de desempenho em termos de aprendizagem de algumas disciplinas e de rendimento no sentido de que o aluno tem de deter fluxo correto e não pode ocorrer evasão.

É uma pena não podermos debater com mais qualidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Teremos outras oportunidades, com certeza.

**O SR. DANIEL CARA** - O.k. Era somente isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado.

Com a palavra a Sra. Cleusa. (*Palmas.*)

**A SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO** - Sr. Presidente, vou usar apenas 1 minuto.

Senti-me ofendida com as ponderações feitas pelo Deputado. Não viemos aqui fazer panfletagem. Eu tenho uma Secretaria com 100 mil alunos esperando e creio que ele, como médico, não gostaria de entrar num hospital e ser operado por um professor. Portanto, cada um no seu lugar, fazendo o seu trabalho de maneira séria, com formação e profissionalização. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Profa. Cleusa.

Peço desculpas a todos pela demora na ocupação deste auditório.

Está encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado.